



**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Instituto de Ciências Exatas e da Natureza
Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas**

Mamadu Djaló

**POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL NA GUINÉ-BISSAU:
ESTADO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO GUINEENSE**

Redenção – Ceará

2021



**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Instituto de Ciências Exatas e da Natureza
Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas**

MAMADU DJALÓ

**POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL NA GUINÉ-BISSAU:
ESTADO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO GUINEENSE**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Ciências Biológicas da UNILAB,
como requisito parcial para obtenção
de título de Licenciada em Ciências
Biológicas.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Roberth Fagundes de Souza

REDENÇÃO – CEARÁ

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Djaló, Mamadú.

D653p

Políticas de gestão ambiental na Guiné-Bissau: estado das unidades da conservação guineense / Mamadú Djaló. - Redenção, 2021. 64f: il.

Monografia - Curso de Ciências Biológicas, Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Roberth Fegundes de Souza.

1. Meio ambiente - Guiné-Bissau. 2. Conservação ambiental. 3. Gestão ambiental. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 363.7096657

FOLHA DE APROVAÇÃO

Mamadu Djaló

Política de gestão e proteção ambiental na Guiné-Bissau: estado das unidades de conservação guineense

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Licenciada em Ciências Biológicas.

Local: UNILAB (Sala Virtual: meet.google.com/nxw-ossy-zwo)

Data de aprovação: 13/04/2021

Nota (Conceito): 10 (DEZ)

Banca Examinadora



Prof. Dr. Roberth Fagundes de Souza (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Ciências Biológicas – ICEN/UNILAB



Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá (Titular)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Ciências Biológicas – ICEN/UNILAB



Profa. Dra. Márcia Barbosa de Souza (Titular)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Ciências Biológicas – ICEN/UNILAB

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por conceder-me oportunidade de viver, à minha família em especial, meus pais e minhas irmãs, Verónica e Belinda, por terem me apoiado de forma incondicional, servindo de suporte durante todo este percurso.

Agradeço imensamente ao Governo brasileiro, que efetivando o projeto da UNILAB, me deu oportunidade de realizar meu sonho de estudar em uma Universidade da Integração Internacional, adotada de uma perspectiva de ensino diferenciada.

Meus agradecimentos ainda irão de forma tão especial à UNILAB, pelo acolhimento, ensinamentos e por assegurar a minha permanência através do seu programa de assistência estudantil – PROPAE.

Agradeço a todos/as professores/as da UNILAB, em especial, professores/as do curso de Ciências Biológicas, por terem estimulado meu crescimento enquanto acadêmico durante este percurso.

Estendo ainda meus agradecimentos aos incansáveis técnicos de meu curso, de um modo especial à secretária Lídia, pela acessibilidade e dinâmica no atendimento das necessidades dos estudantes e na prestação de serviços.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Prof. Dr. Roberth Fagundes, pela excelente orientação, responsabilidade profissional e carinho durante produção desse trabalho.

Manifesto minha gratidão ao grupo de pesquisa INTERZOA, pela experiência, ensinamentos e divulgações feitas na sua página de Instagram.

Meus agradecimentos ainda serão direcionados de forma muito especial à uma pessoa muito especial para mim, Ana Paula de Holanda Silva, quem sempre esteve ao meu lado e disposição 24/24 horas, incentivando, motivando, durante produção desse trabalho.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos/as meus/minhas colegas de curso pelas trocas, parcerias ao longo dessa caminhada, em especial à Nem, Edvaldo, Ibuna, Jassira, Siozimila, Sira, Manuel, Isaú, Ari, Paulo Gilson, Wesley,

Filipe, Jardel, Matheus, entre outros/as que não mencionei aqui, mas que de alguma forma contribuíram em minha formação e trajetória.

RESUMO

O presente trabalho trata-se da análise da Política de Gestão Ambiental e de estado das unidades de conservação ambiental da Guiné-Bissau, e objetiva analisar e descrever o estado do meio ambiente e principais desafios na gestão e conservação dos recursos biológicos encontrados nas Áreas protegidas da Guiné-Bissau. Deu-se através de análise documental, revisão de literatura e entrevista semiestruturada com o representante do Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas – IBAP, onde foi constatado que o atual estado do meio ambiente é caracterizado por perda exacerbada de seus recursos nas últimas décadas e, também a nível de áreas protegidas, verifica-se fortes pressões por parte das populações locais na tentativa de explorar recursos contidos nessas áreas. Chega-se à conclusão de que há necessidade de o Governo redobrar os esforços no processo da conservação das diversidades biológicas e adotar novos mecanismos baseados na criação de fontes alternativas dos recursos para a população e em sua conscientização, como forma de minimizar os impactos ambientais e evitar futuros problemas adjacentes.

PALAVRAS-CHAVE: Guiné-Bissau; Conservação Ambiental; Gestão Ambiental; IBAP.

ABSTRACT

The present work is an analysis of the Environmental Management Policy and the state of Guinea-Bissau's environmental conservation units, and aims to analyze and define the state of the environment and the main challenges in the management and conservation of biological resources found in the Areas protected areas of Guinea-Bissau, it took place through document analysis, literature review and interview with a representative of the Biodiversity and Protected Areas Institute - IBAP, where it was verified that the current state of the environment is characterized by an exacerbated loss of its resources in recent decades, and also at the level of protected areas, there is strong pressure from local populations in an attempt to exploit resources contained in these areas. The conclusion is reached that there is an urgent need for the Government to redouble its efforts in the process of conservation of biological diversity and adopt new components in the creation of alternative sources of resources for a population and in the awareness of it, as a way of minimizing the environmental impacts and avoid future adjacent problems.

KEYWORDS: Guiné-Bissau; Environmental Conservation; Environmental management; IBAP.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
IBAP	Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
APANB	Estratégia, Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade
SNAP	Sistema Nacional de Áreas Protegidas
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza
UE PAANE	Programa de Apoio aos Atores Não Estatais
EPAD	Estratégia, Plano de Ação para Diversidade
ONG	Organização Não Governamental
FISCAP	Fiscalização e Controle de Atividade da Pesca
PCN	Parque Nacional de Cantanhez
PNTC	Parque Natural de Tarrafe de Cacheu
PNLC	Parque Natural de Lagoa de Cufada
PNMJVP	Parque Nacional Marinha de João Vieira Pailão
PNO	Parque Nacional de Orango INEP Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa
UROK	Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Urok
PNUD	Programa de Nações Unidas para Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
DGFC	Direção Geral de Floresta e Caça
UNESCO	Organização de Nações Unidas Para a Educação Ciência e Cultura
SNAP	Sistema Nacional de Áreas Protegidas
UEMOA	União Económica Monetária do Oeste Africano
CS	Cooperação Suíça

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Principais acontecimentos no domínio da conservação ambiental na Guiné-Bissau (1978-2004)	3
2. DESENVOLVIMENTO.....	4
2.1 Referencial Teórico	4
2.1.1 Situação ambiental da Guiné-Bissau.....	4
2.1.2 A biodiversidade guineense.....	4
2.1.3 Os principais desafios ambientais.....	7
2.1.3 Os principais agentes da conservação ambiental da Guiné-Bissau.....	9
2.2 OBJETIVOS.....	15
2.2.1 OBJETIVO GERAL.....	15
2.2.2 Predições das Hipóteses ou objetivos específicos.....	16
2.3 METODOLOGIA.....	16
2.4 RESULTADOS	17
2.5 Estado de Meio Ambiente.....	17
2.6 DISCUSSÃO.....	25
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
5. APÊNDICE1.....	34
6. APÊNDECE 2.....	56

1. INTRODUÇÃO

As políticas de gestão e proteção ambiental na Guiné-Bissau consiste em diferentes estratégias e mecanismos adotados pelo Estado guineense, com vista a proteger o meio ambiente e a diversidade biológica e promover o desenvolvimento sustentável. A Guiné-Bissau é um país considerado pequeno da costa ocidental do Continente Africano, com uma superfície total de 36.125 km², dos quais 28.000km² continentais, e tem 724km de fronteiras internacionais onde 386km com Guiné-Conacri e restante 338km com República de Senegal (DODMAN; SÁ, 2005). Constituído por uma parte continental e um conjunto de 80 ilhas e ilhéus, a maior distância, denominada Arquipélagos dos Bijagós (EPANB, 2015). No ponto de vista biogeográfico, o país localiza-se entre o centro regional de endemismo sudanês, a norte, e o centro regional de endemismo Guineo/Congolês, a sul, integra ecossistemas áridos das florestas abertas e da savana da África Saheliana, bem como floresta úmida tropical (Secretário de Estado de Ambiente; EPANB, 2015).

Mapa da divisão Administrativa e localização da Guiné-Bissau:

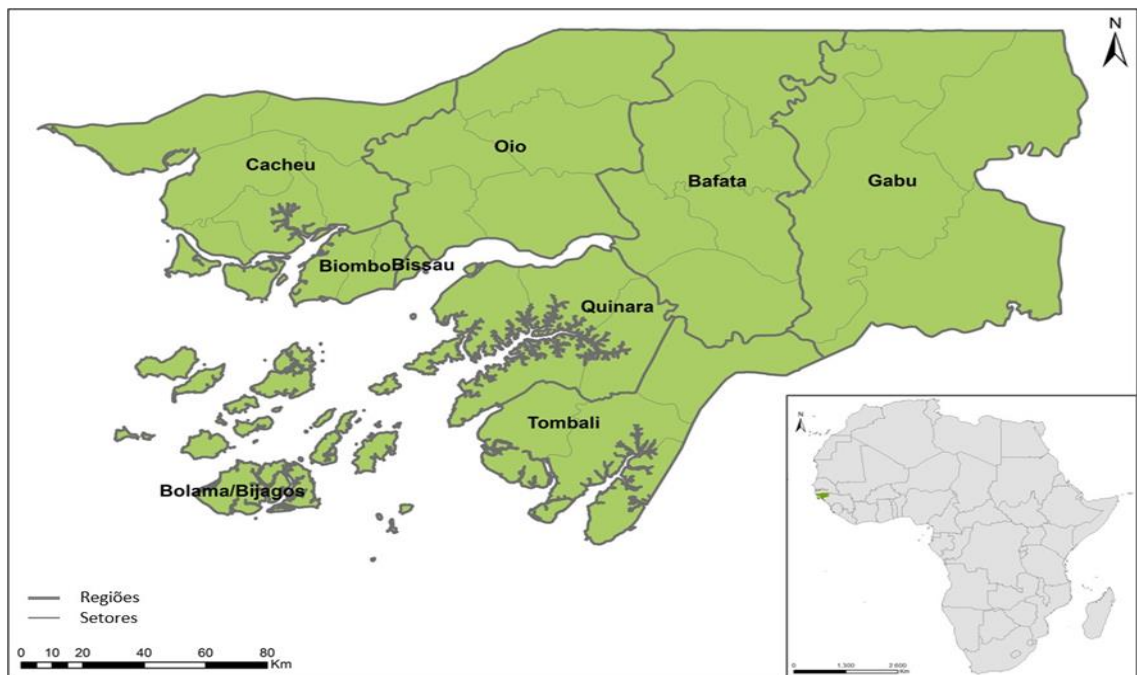


Figura 1: Fonte: Sexto relatório nacional da biodiversidade, 2019.

Trata-se de um país rico em termos da diversidade biológica e recursos naturais que incluem recursos marinhos, florestais, recursos minerais (fosfato, bauxite e jazidas de petróleo que ainda não foram explorados), pois a exploração direta desses recursos, constituem atividades produtivas e essenciais da população para suprir necessidades como alimentação, energia, práticas culturais, entre outras (DODMAN; SÁ, 2005). Por tratar-se de um país quase não industrializado, o que acarreta a falta de fontes alternativas de recursos para a população, torna necessário que o país adotasse as políticas e estratégias eficazes voltadas à conservação e gestão do meio ambiente, a fim de garantir que a população usufrui de tais recursos ao longo prazo possível, sem que restrinja esse mesmo direito às gerações vindouras. Foi nessa base que o Governo guineense em parceria com comunidades internacionais e ONGs nacionais, começou a desenvolver políticas voltadas à conservação dos recursos biológicos.

No ano de 1980, foram feitas em Guiné-Bissau os primeiros estudos de caráter ambiental em que foram levantamento florestal ao nível do território nacional (IBAP, 2014). Tal levantamento, tinha como objetivo, quantificar e sistematizar os recursos florestais, como forma de poder desenvolver políticas de gerenciamento. Oito anos depois, em 1988, o Ministério de Agricultura, através da sua Direção geral de Floresta e caça (DGFC), e com o apoio técnico e científico de UICN, e em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto Nacional de Pesquisa (INEP) e dentre outros, deu início ao projeto de Planificação Costeira na Guiné-Bissau qual foi obtido resultados que possibilitaram a criação de redes de Áreas Protegidas (APs) e negociação para a criação SNAP que é o Sistema Nacional das Áreas Protegidas (IBAP, 2014).

De ano 1990 a 2000, foram criados os primeiros Parques dentro do território Nacional e nessa mesma década, foi obtido o reconhecimento da Reserva de Biosfera do Arquipélago de Bolama – Bijagós (RBABB) pela UNESCO e da lagoa de Cufada como zona úmida de importância internacional (IBAP, 2014). Atualmente o SNAP conta com 7 áreas protegidas que cobre 26,63% do território nacional da Guiné-Bissau (IBAP, 2016). De um modo geral, todas essas áreas protegidas visam salvaguardar os ecossistemas, as populações animais e vegetais e a diversidade biológica, com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável, como consta do ARTIGO 2º, alínea “a”, “b” e “c” do Boletim Oficial do governo, produzido no Conselho de Ministro

e publicado através do decreto-lei nº 5-A/2011 de 1 de março, com vista em rever a Lei Quadra das Áreas Protegidas. Assim:

ARTIGO 2.º (Objecto) Uma área protegida tem por objecto a:

- a) Salvaguarda das espécies animais, vegetais e de habitats ameaçados;
- b) Salvaguarda dos biótipos e formações naturais de reconhecido interesse e de sítios de interesse cultural;
- c) Conservação e recuperação do habitat da fauna migratória e dos seus corredores;
- d) Promoção da investigação e pesquisa científica e das acções de educação ambiental;
- e) Defesa, conservação e valorização das actividades e formas de vida tradicionais não lesivas ao património ecológico;
- f) Protecção e valorização das paisagens únicas, raras ou típicas, cujo valor cénico lhes confira interesse especial;
- g) Promoção e o apoio ao desenvolvimento e utilização durável dos recursos naturais, visando o desenvolvimento económico e bem-estar das comunidades (GUINÉ-BISSAU, 2011).

O documento acima referido, serve como o guião principal para orientar o processo de classificação de uma área como sítio de conservação, assim como auxilia no que tange aos objetivos de criação das Áreas Protegidas, através de suas predefinições, que nele consta.

Tabela 1. Principais acontecimentos no domínio da conservação ambiental na Guiné-Bissau (1978-2004).

Ano	Acontecimento
1978	Primeiro inventário florestal.
1988	Planificação Costeira (início de engajamento da UICN) e o início do inventário da fauna e inquérito socioeconómico.
1990	Preposição da criação de uma rede de áreas protegidas (SNAP)
1996	Reconhecimento do Arquipélago de Bolama Bijagós pela UNESCO, como reserva da mundial da biosfera
2004	Projeto da criação de Instituto da biodiversidade e áreas protegidas – o IBAP

Fonte: Tabela produzida pelo autor com base no conteúdo retirado do documento do IBAP, 2016.

De acordo com o relatório anual do IBAP, do ano de 2019, constata-se uma forte e crescente pressão por parte da população, sobre recursos naturais encontrados nos Parques e áreas Protegidas do território nacional. Essa pressão, justifica-se pela crise política que o país vem enfrentando nos últimos anos. Crise essa, que afeta a comercialização da castanha de caju (principal produto da renda das populações rurais e receita do Estado), o que condiciona essas populações rurais a procurarem fontes alternativas para garantir suas subsistências alimentares (IBAP, 2019).

Desse modo, este trabalho objetiva analisar o estado atual de meio ambiente guineense e descrevê-lo de forma sucinta. Além de conhecer principais desafios na gestão e conservação de recursos biológicos encontrados nas áreas protegidas ao nível do território nacional. Como forma de poder contribuir na busca de estratégias alternativas, com vista a minimizar os impactos ambientais e promover uma gestão equitativa e participativa baseadas nos princípios da educação ambiental.

Justifica-se pelo fato de Guiné-Bissau ser um país rico em termos de serviços ecossistêmicos e, cuja economia familiar é informal. Ou seja, a maior parte da família guineense vive através da exploração direta de recursos naturais renováveis, que vem deparando nas últimas duas décadas com uma perda exacerbada de sua biodiversidade. O que realça a suma importância de compreensão dos principais fatores por trás de tais devastações e degradações. Como forma de poder encontrar saídas, lembrando que, a receita financeira do Estado guineense, depende em grande parte do meio ambiente, por exemplo, só a pesca e agricultura simboliza cerca de 98% de receita estadual e, dessas receitas que o Estado depende para fornecer alguns serviços importantes na vida da população, como a Educação, Saúde, infraestruturas, dentre outros.

Espera-se poder compreender as dinâmicas dos agentes da conservação ambiental e analisar a eficácia das legislações ambientais. Também, perspectiva-se ter uma visão nítida sobre os desafios da conservação na Guiné-Bissau, em particular nas áreas protegidas e, a partir disso poder sugerir alternativas ou possíveis soluções para diferentes problemas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial Teórico

A república da Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África e compreende uma extensão territorial em cerca de 36.125 km², limitado ao norte pelo Senegal, ao sul e leste pela República da Guiné-Conacri e, a Oeste pelo Oceano Atlântico. O território guineense faz parte de duas coberturas geológicas principais, meso-cenozóica, que engloba sobretudo a zona costeira e cobertura Paleozoica que são formações mais antigas (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2006). Que de acordo com a Estratégia e Plano de Ação para a Diversidade de Guiné-Bissau (2015), isso se dá por situar-se geograficamente entre o Equador e o Trópico de Câncer, também, devido sua proximidade com o Oceano, faz dele um país tropical úmido e de ecossistemas variados.

Segundo Manual do Ambiente e Conservação (2013), a Guiné-Bissau é um país rico em termo da biodiversidade, pois mais da metade do território nacional é ocupado pelas florestas e contribuem com 13,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Além do papel imensurável que desempenha na vida da população guineense, por exemplo, como principal fonte de energia para a maior parte da população, recursos alimentícios e medicinais, papeis culturais, entre outros, também é de ressaltar a suma importância dos ecossistemas marinhos na vida da população e na economia do Estado guineense, face aos desafios que garantem os serviços básicos e necessários para a vida do seu povo, como a educação, saúde, infraestrutura e demais direitos (UE PAANE, 2013).

Principais serviços ecossistêmicos prestados pela flora e fauna da Guiné-Bissau

A zona costeira marinha do território da Guiné-Bissau, integra ecossistemas variados de alta produtividade e rico em termo da diversidade biológica que inclui ecossistema marinho, ecossistema de transição e ecossistema terrestre (EPAD, 2015). Estes ecossistemas são importantes para a reprodução de várias espécies, além de fornecer *habitats* para muitas espécies classificadas como raras ou em vias

de extinção ao nível mundial. Como por exemplo, peixe-boi (*Trichechus senegalensis*), hipopótamos (*Hippopotamus amphibius*), crocodilos do Nilo (*Crocodylus niloticus*), entre outros. É importante ressaltar também que, algumas das espécies encontradas nesses ecossistemas, conseguem atravessar o limite territorial da Guiné-Bissau migrando ao longo da costa oeste africana (ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO PARA DIVERSIDADE, 2015).

A maior parte da população guineense depende criticamente de recursos florestais, lenhas e carvão, para suprir suas principais necessidades domésticas, com iluminação, preparação de alimentos, aquecimento das casas etc. Isto é, Cerca de 63,4% da população utiliza a lenha, 35% utiliza carvão, só 1,1% da população guineense utiliza o gás.

Segurança alimentar

A dieta alimentar de uma boa parte da população guineense, é composta basicamente de recursos marinhos como peixes, crustáceos e gastrópodes, frutos de diferentes arvores, raízes, folhas e fibras de algumas árvores retiradas diretamente da natureza. Pois, num país quase não industrializado e com alta taxa desemprego em consequência baixo índice do desenvolvimento humano, é quase impossível imaginar o equilíbrio alimentar das populações da zona rural sem a utilização direta de tais recursos advindos do meio ambiente (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2015).

Utilidade Etnocultural

De acordo com ativista Miguel de Barros¹, a Guiné-Bissau é um país de grande diversidade étnica e cultural, portanto, muitas plantas encontradas na floresta guineense, além dos seus papéis ecológicos, possuem valores tradicionais que lhes classificam como “sagradas”. Em algumas comunidades étnicas e cultural da Guiné-Bissau, existe cerimónias tradicionais que ocorrem geralmente nas florestas, por serem práticas que ligam esse povo aos seus ancestrais, atribuem estatutos de “sagrado” às certas plantas ou até por vezes floresta no seu todo, com objetivo de garantir a continuidade dos seus rituais ao longo das gerações (SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE, 2015).

¹ Entrevista à ONU NEWS (2019). Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/miguel-de-barros>. Acesso: 15 de março de 2021.

Serviços agropecuário

A condição natural do solo guineense, favorece a prática de agricultura e atividades de pasto, lembrando que a agricultura familiar constitui atividade de maior renda para a população guineense, isto é, 80% da população da Guiné-Bissau depende da agricultura. Em algumas zonas onde a situação do solo não é muito favorável à prática de agricultura, como na província leste do país, as atividades produtivas da população assenta-se na criação de gados e a sua comercialização. Essa atividade persiste graças aos recursos disponíveis no solo guineense (ervas e outras plantas), necessárias à dieta desses animais (SECRETARIA DO ESTADO DE AMBIENTE, 2015).

Segundo o Plano de Ação Nacional de Luta contra Desertificação, a Guiné-Bissau é um país tropical onde abundam os recursos naturais, e muitos desses recursos são extremamente frágeis e sujeitos à degradação, isto é, em caso de má gestão da diversidade biológica (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2006). Isso, por se tratar de um país que tanto a economia familiar, quanto a economia do Estado, é baseada na exploração direta dos recursos biológicos, torna-se indispensável e urgente a existência de uma política de gestão ambiental eficaz e transparente, capaz de desenvolver mecanismos de conservação da diversidade biológica, baseado nos princípios de gestão participativa do meio ambiente e repartição de forma equitativa de recursos nele disponíveis.

Foi nessa ótica de ideia que Guiné-Bissau se juntou aos demais países parceiros, como caso do Brasil, assinando em 12 de junho de 1992 e ratificando em 27 de outubro de 1995 a Convenção da Diversidade Biológica e, a partir de então, assim como outros países signatários dessa convenção, o Estado guineense passou a ter obrigação de desenvolver políticas necessárias para atingir os objetivos traçados na convenção (SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E TURISMO, 2014).

2.2.3 Os principais desafios ambientais

A degradação ambiental associada às perdas da diversidade biológica, na Guiné-Bissau, tem sua origem na época colonial. De acordo com o Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento, o período colonial (Guiné-portuguesa), foi caracterizado por uma exploração desenfreada de alguns recursos naturais e sobretudo dos recursos da biodiversidade e a introdução das espécies exóticas (PNUD). Como o interesse do Estado colonial assentava-se na exploração das matérias primas, essa tendência tem promovido a prática da monocultura de amendoim, como resultado disso, muitos solos foram degradados, principalmente nas regiões de Quinará e Bolama. Um outro elemento importante a destacar, é o fato de a luta armada da libertação nacional da Guiné-Bissau que perdurou onze anos, e tem decorrido a sua maior parte dentro das florestas do território nacional guineense, de modo que, além da destruição de muitos *habitats* provocadas pela circulação dos militares em fuga, por vezes em transporte de armamentos, também o próprio tiroteio nas florestas, têm contribuído na fuga de vários animais que geralmente atravessaram fronteiras em busca do abrigo, como já apontou o Plano de ação para a Biodiversidade da Guiné-Bissau (2015).

De acordo com relatório do IBAP do ano de 2014, “a Guiné-Bissau configura-se na lista dos países com mais baixo índice de desenvolvimento humano e depende criticamente dos recursos naturais e dos serviços prestados pelos ecossistemas para combater a garantir a sustentabilidade” (IBAP, 2014). Em parte, essa dependência se dá devido as instabilidades políticas que o país vem enfrentando ao longo das duas últimas décadas que, além de impossibilitar uma administração pública coerente e contínua, rumo ao desenvolvimento, também tem gerado a falta de credibilidade por parte das comunidades internacionais em investir no país. Em consequência disso, todas as pressões recaem sobre o meio ambiente como única alternativa para população satisfazer suas necessidades e para o Estado conseguir garantir os serviços mínimos necessários (IBAP, 2009).

Na perspectiva da Nem Biai (2019), os principais problemas ambientais da Guiné-Bissau, deve-se a falta de uma política de conscientização da população (educação ambiental), baseadas na fundamentação dos valores do meio ambiente e recursos naturais e atualização sobre possíveis impactos ambientais resultantes da relação desarmônica entre o homem e o meio ambiente, como forma de promover uma mudança de atitude e comportamento da sociedade guineense no que tange à

utilização dos recursos biológico (BIAI, 2019, p.23). Na mesma linha de pensamento, Patrícia de Oliveira (2020) alerta que a Educação Ambiental deve ser incorporada aos currículos educativos da Guiné-Bissau, desde a fase primária de escolaridade até atingir todas as classes sociais (OLIVEIRA, 2020, p.11).

2.1.2. Os principais agentes da conservação ambiental da Guiné-Bissau

Importante salientar que em Guiné-Bissau, desde o passado mais remoto, as diferentes etnias têm desenvolvido práticas baseadas nas suas crenças e rituais sagrados, que contribuíram para gestão do espaço e dos recursos (IBAP, 2014). A tradição da etnia *Nalú*, predominantes no setor de CUBUKARÉ, sul da Guiné-Bissau, constitui um exemplo concreto da forma de gestão tradicional do meio ambiente. De acordo com Temudo (2009), a cosmologia *Nalú*, possui conjunto de normas que regula a relação entre o homem e a natureza com finalidade de garantir o equilíbrio ecológico. “A cosmologia Nalu estabelece um conjunto de normas que, a um nível inconsciente, gera uma relação com a natureza que preserva a manutenção do equilíbrio ecológico” (TEMUDO, 2009).

É através desse conjunto de normas que são definidas a quantidade e espécie de plantas ou animais que podem ser explorados. Portanto, dentro do território de Guiné-Bissau, além de quadros jurídicos institucionais de área ambiental existem outras entidades à considerar.

Segundo PNUD,² o quadro jurídico e institucional do setor ambiental da Guiné-Bissau, ao longo da sua história, foi marcado com grandes dinâmicas, mas também com a descontinuidades. Isto é, até no ano de 1988, o setor ambiental estava subordinado a Direção Geral da Floresta e caça, relegado num segundo plano.

A partir da década de 1990, constata-se uma grande multiplicidade e amadurecimento de entidades da conservação ambiental no país, resultante de esforços que vem sendo desencadeado em detrimento de proteger o meio ambiente (BATHILLON, 2018). Vale salientar que, esses esforços por parte de governos

² Documento oficial sem data.

guineense e da sociedade civil, foram estimulados, ou seja, ocasionados por pressões internacionais e da sub-região. Devido a existência de várias instituições e estruturas (multiplicidade) vocacionadas a intervir nessa área, que por vezes, verifica-se a ausência dos diálogos entre próprias instituições, faz do meio ambiente um setor ainda bastante complexo do ponto de vista administrativo.

Breve historial do surgimento de diferentes estruturas e instituições da conservação ambiental na Guiné-Bissau

Em 1988 foi criado o Gabinete de Planificação Costeira com apoio técnico da União Internacional da Conservação da Natureza (UICN), e apoio financeiro da Cooperação Suíça (CS). Trata-se de uma estrutura precursora dos trabalhos de planificação e estudos ambientais na Guiné-Bissau, depois da independência. Em 1992 foi criado o Conselho Nacional de Ambiente, resultante de um processo de reflexão de várias entidades e a sociedade civil, com um mandato de seguir e coordenar a política ambiental na Guiné-Bissau. Trata-se de uma estrutura ligada a Presidente de República.

Já em 1994, foi criada a Secretaria de Estado do Turismo e Artesanato a sua criação foi motivada sobretudo pela importância que o setor foi assumindo não só ao nível nacional, mas também no âmbito internacional como por exemplo, em esforço de cumprir as recomendações oriundas da “AGENDA 21” aprovada no ano de 1992, durante cimeira do Rio de Janeiro sobre o Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Vale ressaltar que, nessa instituição, foi inserida pela primeira vez, uma Direção Geral de Ambiente.

ONG Tiniguena:

Trata-se de uma organização não governamental que atua no domínio do desenvolvimento durável e possui programas de educação para o desenvolvimento, através da qual procura sensibilizar diferentes intervenientes na sociedade sobre os problemas ambientais.

Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas - IBAP

O Conselho de Ministro da Guiné-Bissau, em uso das suas competências, aprovou uma lei no dia 14 de dezembro e ano 2004, que resultou no Decreto nº 2/2005, promulgado pelo Presidente da República no dia 14 de fevereiro de 2005 e publicado no Boletim oficial nº 11 de 14 de março de 2005 - criação oficialmente do IBAP (IBAP, 2020).

Trata-se de pessoa coletiva de direito público, adotado de personalidade jurídica, autonomias administrativas, financeira e patrimonial, cuja missão é gerir de forma participativa e eficaz as Áreas Protegidas e os recursos estratégicos da biodiversidade, valorizando os conhecimentos científicas e saberes tradicionais, favorecendo sinergias e parcerias ao nível local, regional, e internacional, partindo do princípio de que a biodiversidade da Guiné-Bissau deve ser conservada de forma sustentada em benefício do desenvolvimento da geração atual e vindouras (IBAP, 2020). O IBAP é composto por um Conselho Administrativo, uma Direção e um Conselho Científico. É tutelado pelo Ministro encarregue do Meio Ambiente e Sustentabilidade e adota-se de seguintes quadros legal jurídica: Lei quadra das Áreas Protegidas, Lei base do ambiente, Lei de avaliação ambiental, Decreto de criação de cada Área Protegida.

Atribuições do Instituto da biodiversidade e das Áreas Protegidas IBAP

Criado no ano de 2004, trata-se de uma instituição nacional, com mandato para gerir a biodiversidade e Áreas protegidas, considerando as demandas e desafios que esse setor enfrenta.

Propor, coordenar e executar a política e as ações concernentes à biodiversidade e às Áreas protegidas em toda a extensão do território nacional; promover e salvaguardar os ecossistemas, a biodiversidade e as áreas protegidas promover, para todos os meios humanos e técnicos disponíveis, a utilização social e econômica durável dos recursos encontrados no território nacional (IBAP, 2020).³

³ Disponível em:< <https://ibapgbissau.org/>>. Acesso em: 15 de março de 2021.



Figura 2 Edifício Sede do IBAP; fonte: IBAP, 2020.

Desde décadas de 1990, o Estado guineense, em parceria com algumas organizações não governamentais (ONGs) vem demonstrando interesse na implementação de políticas que visam proteger meio ambiente e recursos nele encontrado. A classificação de algumas áreas do território nacional, como Áreas protegidas, constitui um exemplo desse fato, porém, vale ressaltar que esse engajamento verificado por parte de Governo, não se trata meramente de políticas interna do país, pois, também tem a ver com as pressões exercidas pelas comunidades internacionais no sentido de cumprir com os tratados.

Uma das medidas mais controvertidas na preservação de comunidades biológicas é o estabelecimento de áreas legalmente protegidas. Se, por um lado, a legislação e a aquisição de terras, por si só, não asseguram a preservação do habitat, por outro, representam um importante ponto de partida. (RICHARD B. PRIMACK; EFRAIM RODRIGUES, 2001, p. 200)

De acordo com o IBAP (2014), a Guiné-Bissau conta atualmente com 6 áreas protegidas (não incluindo Reservas da Biosfera, que não foi classificada pela legislação nacional), mais duas em vias de criação o que se atingirá uma superfície total de 952 000ha.



Figura 3: Fonte: IBAP, 2020.

2.1.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GUINÉ BISSAU COMO FERRAMENTA DE CONSERVAÇÃO.

Contexto Geral

Para Silvia de Oliveira (2020), acesso às informações, conscientização de cidadãos (Educação no sentido amplo) sobre diferentes assuntos, ligados direta ou indiretamente às suas vidas, como caso das questões ambientais, deve ser prioridade das prioridades por parte qualquer Estado moderno, e além disso, deve ser encarado com um direito humano universal. Assim

A educação numa “sociedade ou país” é o setor mais importante, é e deve ser a prioridade das prioridades. Ter acesso às informações ambientais e à participação deve ser um direito global sem distinção de raça, cor de pele, género, classe social, condições físicas, idade, entre outros aspetos; porque os problemas ambientais são como a “epidemia”, não escolhem quem nem onde atingir; são problemas partilhados e devem constituir uma preocupação conjunta. (OLIVEIRA, 2020, p.11).

De acordo com Jacobi (1999), a sociedade contemporânea é caracterizada por um quadro socioambiental que evidencia o fato de que, efeitos das ações antrópicas sobre o meio ambiente está se tornando cada vez mais graves, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. Esta gravidade, por um lado, deve ao crescimento exponencial da população mundial nos últimos dois séculos, e por outro lado, é o resultado de tendências econômicas baseadas em acúmulo de riquezas (superexploração de recurso de meio ambiente). Entretanto, para refletir sobre práticas sociais na sociedade atual, caracterizada pela progressiva e permanente degradação do meio ambiente e seu ecossistema, é necessário que haja um empenho e engajamento concernentes à produção de sentidos sobre a Educação ambiental. Já para Mauro Guimarães (2004)

A educação ambiental conservadora tende, refletir os paradigmas da sociedade moderna, a privilegiar ou promover aspectos cognitivo do processo pedagógico, acreditando que transmitindo o conhecimento correto fará com que o indivíduo compreenda a problemática ambiental e que isso vai transformar seu comportamento (GUIMARÃES, 2004, p.27).

Segundo o autor, esse modelo de educação ambiental, o qual denominou de conservadora, precisa ser substituída por um outro modelo da educação ambiental que vai além dos aspectos cognitivos (razão), isto é, que procura integrar aspectos afetivos (emoção), como forma de abranger diferentes elementos ligados ao meio ambiente, entre culturas, concepções religiosas. Este último modelo ele chamou de *Educação Ambiental Crítica*.

Contexto da Guiné-Bissau

No contexto guineense, a partir da década de 2000, percebe-se um grande esforço por parte de agentes da conservação ambiental do país (tanto governamentais quanto não governamentais) no sentido de incorporar os projetos de Educação Ambiental nos seus planos de ações, isto é, a partir desse período a educação ambiental passou a ser vista como ferramenta mais viável para a conservação do meio

ambiente e da biodiversidade nele encontrado (IBAP, 2014). Como se trata de um país que ao longo das duas últimas décadas tem vivido uma instabilidade política persistente, isso faz com que o desenvolvimento dos programas voltados à educação ambiental por parte do governo local, é quase inexistente, pois verifica-se mais no quadro das organizações não governamentais (ONGs).

Os ONG têm trabalhado muito no processo de aprofundamento e expansão das ações de EA não formal, e às vezes, impulsionam iniciativas governamentais e apoiam as organizações da diligência privada interessadas no desenvolvimento de projetos na área. São as maiores defensoras e prestadoras de serviços referentes ao ambiente, tanto local como nacionalmente. Têm como objetivos a promoção da participação coletiva, disponibilização das informações que orientam e fomentam a boa conduta para a preservação e conservação ambiental. (PATRÍCIA OLIVEIRA, 2020, p. 40).

Percebe-se que, as ações voltadas a Educação ambiental desenvolvidas pelas ONGs em diferentes comunidades no território guineense, tem contribuído tanto na promoção da consciência sobre o meio o meio ambiente como forma de evidenciar impactos ambientais e promover uma relação harmoniosa entre homem e meio ambiente. Por outro lado, ações de algumas ONGs visam promover a inclusão das comunidades no processo da conservação ambiental.

2.2 Objetivos

2.2.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem como principal objetivo, analisar o estado atual de meio ambiente guineense e descrevê-lo de forma sucinta; conhecer os principais desafios na gestão e conservação de recursos biológicos encontrados nas áreas protegidas ao nível do território nacional. Como forma de contribuir com a busca de estratégias alternativas para minimizar os impactos ambientais e promover uma gestão equitativa e participativa, baseadas nos princípios da educação ambiental.

2.2.2 Predições das Hipóteses ou Objetivos Específicos

- Analisar e sistematizar as principais legislações ambientais existente na Guiné-Bissau.
- Conhecer as estratégias e dinâmicas da instituição encarregue da gestão de biodiversidade das áreas protegidas da Guiné-Bissau.
- Constatar os fatores motivacionais e principais desafios enfrentado pelos agentes da conservação nos seus cotidianos.

2.3 Metodologia

O referido trabalho que se estrutura como uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa. Tendo como metodologia, pesquisa exploratória, que segundo Armando Piovesan e Edméa Rita Temporini (1995), “se dá por meio de um estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar de medida à realidade que se pretende conhecer” (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995, p. 321). Baseando-se na revisão de literatura acerca do assunto central e documentos oficiais do Governo que orientam de forma direta ou indireta o processo da proteção da diversidade biológica no território guineense e, em particular nos parques e áreas protegidas de Guiné-Bissau. Foram analisados uma série de documentos de estratégias de planos de ação nacional para biodiversidade e relatórios anuais do IBAP, ambos de diferentes períodos. Além disso, a pesquisa contou com a realização de entrevista semiestruturada com o Diretor Geral de Instituto, responsável pela gestão de Parques e Áreas protegidas da Guiné-Bissau - IBAP.

Compreende-se duas etapas ou procedimentos principais para elaboração da pesquisa: A primeira etapa, fase de elaboração da entrevista, que consiste em uma entrevista semiestruturada que seria a elaboração de perguntas centrais pré-elaboradas e o acréscimo de outras extraídas a partir das respostas do entrevistado. Realizada no dia 19 de fevereiro do ano de 2021, pelas 15H30mn (horário da Guiné-Bissau), que corresponde 12h30mn (horário do Brasil). Com o então Diretor geral de IBAP, na pessoa de Justino Biaí, com intuito de inteirar-se sobre as estratégias, os desafios e perspectivas do IBAP e dos agentes da conservação ambiental. Esta entrevista tem decorrido entorno de oito perguntas e teve duração de 1h55mn.

A segunda etapa é a fase de análise dos documentos e a revisão de literatura. Nesse segundo momento, foram analisados e sistematizados os documentos como:

diferentes legislações ambientais, tanto nacionais quanto alguns tratados internacionais que possuem uma força vinculativa dentro do território guineense. Também foram apreciados alguns relatórios nacionais de secretaria de Ambiente, Relatórios anuais de IBAP, Estratégia e Plano Nacional para a biodiversidade, como forma de compreender o percurso evolutivo do meio ambiente e recursos naturais.

2.4 RESULTADOS

Estado de Meio Ambiente

De acordo com Relatório Nacional da Biodiversidade (2019), “a superfície do coberto vegetal da Guiné-Bissau tem regredido consideravelmente ao longo dos últimos anos, apesar de ainda existir uma superfície considerável e diversificado”. Esta perda gritante da biodiversidade, constatada nos últimos anos, está associado tanto ao crescimento populacional quanto à instabilidade política vigente no país (falta de um governo legítimo ou mudanças sucessivas no aparelho de Estado. Lembrando que, quase 100% de financiamento de projetos voltada a conservação da biodiversidade, depende de ajudas externas, o que significa que qualquer conflito interno que coloca país numa situação de crise, promoverá a falta de confiança por parte dos parceiros internacionais. Vale salientar que, numa escala mais micro, percebe-se que acelerada taxa de desmatamento está intimamente associada às principais atividades produtivas do país, neste caso a monocultura de caju.

Segundo 5º Relatório Nacional, a castanha de caju vem assumindo cada vez maior importância como principal produto da exportação da Guiné-Bissau o que incentiva a população guineense a voltar suas produções à plantação de *Anacardium occidentale* (plantação de cajueiro), o que habitualmente implica o desmatamento das plantas nativas, lembrando que o *Anacardium occidentale* é uma espécie exótica na Guiné-Bissau. De acordo com a mesma fonte, em 1995 a produção anual de castanha de caju era de 30.000 toneladas, dez anos depois, isto é, em 2005, esse número triplicou para 95.000 t, e atingiu 190.000 em 2011 onde foi exportado cerca de 175.000 toneladas, e a taxa anual de crescimento da produção desse produto é estimada em cerca de 10% e está associado a devastação florestal (BISSAU, 2014).

Caraterística principais de diferentes Áreas Protegidas da Guiné-Bissau oficialmente criadas.

SÍTIOS DE CONSERVAÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	SUPERFÍCIE TOTAL	LOCALIZAÇÃO	PATRIMÔNIO	DECRETO DA CRIAÇÃO
Parque Nacional de Orango	1997	158 235ha	Arquipélago de Bijagós	Grande quantidade de mangais e complexos de águas e savanas	Decreto-lei n° 11, 12 e 13/2000.
Parque Nacional Marinho João Vieira de Pailão	08/2000	49 500ha	Arquipélago de Bijagós	Maior sítio de desova de tartarugas-verde na África ocidental e terceiro maior do Atlântico.	Decreto-lei n°6-A/2000
Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Urok	12/07/2005	54 500ha	Arquipélago de Bijagós	Zona de crescimento e reprodução de recursos assinaláveis.	Decreto-lei n° 8/2005
Parque dos Tarrafes do Rio Cacheu	1997-2000	88 615ha	Estuário do Rio Cacheu	Maior banco contínua de "tarrafe" mangal de toda a África Ocidental.	Decreto-lei n° 11, 12 e 13/2000
Parque Natural das Lagoas de Cufada	12/2000	89.000ha	Litoral do centro sul do país	Maior reserva de água doce do país.	Decreto-lei n° 12/2000
Parque Nacional de Cantanhez	22/02/2011	105 800ha	Sul de Guiné-Bissau, região de Tombali	Limite setentrional da floresta sub-húmida, rica em fauna e flora com uma diversidade biológica excepcional.	Decreto-lei n° 14/ 2011

Tabela 2. FONTE: tabela autoral com base no conteúdo retirado do relatório de IBAP, 2014.

Fiscalização: Constitui um dos dispositivos mais importantes no que tange ao sucesso de gestão das áreas protegidas da Guiné-Bissau (IBAP, 2014). Constata-se a falta de meios financeiros e equipamentos adequados para a realização de devidas fiscalizações nas áreas protegidas, em consequência disso agentes da fiscalização acabam não conseguindo efetuar todas as missões de fiscalização preestabelecidas.

De acordo com o relatório de 2019 do IBAP, das 312 fiscalizações participativas previstas para o ano 2019, só foram possíveis a realização de 289 missões de fiscalização, o que corresponde a uma taxa de execução de 92,6% (IBAP, 2019). Segundo a mesma fonte, nessas 289 missões de fiscalizações efetuadas, apreenderam 80 pirogas⁴ em infracção nas Áreas Protegidas da Guiné-Bissau.

⁴ Embarcação a remo, canoa.

Essas informações apresentadas no relatório evidenciam, por um lado, a necessidade de criação de mecanismos para que o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), em colaboração com o Ministério de Pesca, em especial ao seu departamento responsável pela fiscalização de áreas marinhas, como a Fiscalização e Controle da atividade de Pesca (FISCAP), possa realizar mais operações de fiscalização dos Parques e Áreas Protegidas ao nível do território nacional. Por outro lado, traz à tona a urgente necessidade de promover um sistema de gestão participativa do meio ambiente, que inclui as comunidades locais dessas Áreas protegidas. Que será possível através de reforço de ações da conscientização da população local por meio de uma educação ambiental, pois essa ação deve, primordialmente, considerar e valorizar os conhecimentos tradicionais dessas comunidades e o elo que os ligam à natureza.

Número de missões de fiscalização realizado em 2019 por cada área de conservação e quantidade de embarcações capturados

ÁREAS PROTEGIDAS	Nº DE MISSÕES PREVISTAS	Nº DE MISSÕES REALIZADAS	Nº DE PIROGAS APRENDIDAS
PNO	72	78	16
PNMJVP	48	29	14
AMCU	48	44	07
PNTC	48	43	10
PNLC	48	50	03
PNC	48	45	30
TOTAL	312	289	80

Tabela 3. Fonte: Tabela criada pelo autor; Conteúdo retirado do Relatório anual do IBAP, 2019.

A tabela acima, apresenta a frequência da fiscalização nas Áreas Protegidas, realizadas pelos agentes do IBAP, e também nela foi destacado o número de embarcações apreendidas em cada sítio de conservação, onde pode-se perceber o Parque Nacional de Cantanhez (PNC) apresenta maior número de infração numa média de 30 por cada 45 missão ou seja, 0,6/1, e depois vem o Parque Nacional Marinha de João Vieira e Pailão (PNMJVP) com um número reduzido de missão em relação aquele previsto, mas que apresenta um número significativo no que se refere ao número de infrações, cerca de 48 missões previstas, só foi possível realizar 29, das quais foram apreendidas 14 pirogas que corresponde 0,4/1. Em seguida destaca-se o Parque Nacional de Orango (PNO) com 16 infracções em 78 missões de fiscalização realizada, que corresponde 0,2/1. No Parque Natural de Lagoa de Cufada (PNLC), foi realizada 50 missões de fiscalização e com 03 número de infracção na Área, que corresponde aproximadamente 0,06/1.

Com base no quinto relatório Nacional sobre a conservação da diversidade biológica, produzido pelo governo da guineense através da Secretaria de Estado de Ambiente em 2014, dentre as embarcações apreendidas, as mais predominantes são Monoxilas tradicionais que representa um total de 75% do número total das embarcações apreendidas, em seguida destaca-se Nhominka 7,3%, depois Salam com 7,3% seguido de Monoxila melhorado remo 5,3% e Monoxila melhorado motor com 4,5% e por fim Bote com 0,8% do total (Bissau, 2014)

Gráfico sobre tipos e quantidades de embarcações apreendidas nas áreas protegidas durante a fiscalização do ano 2014:

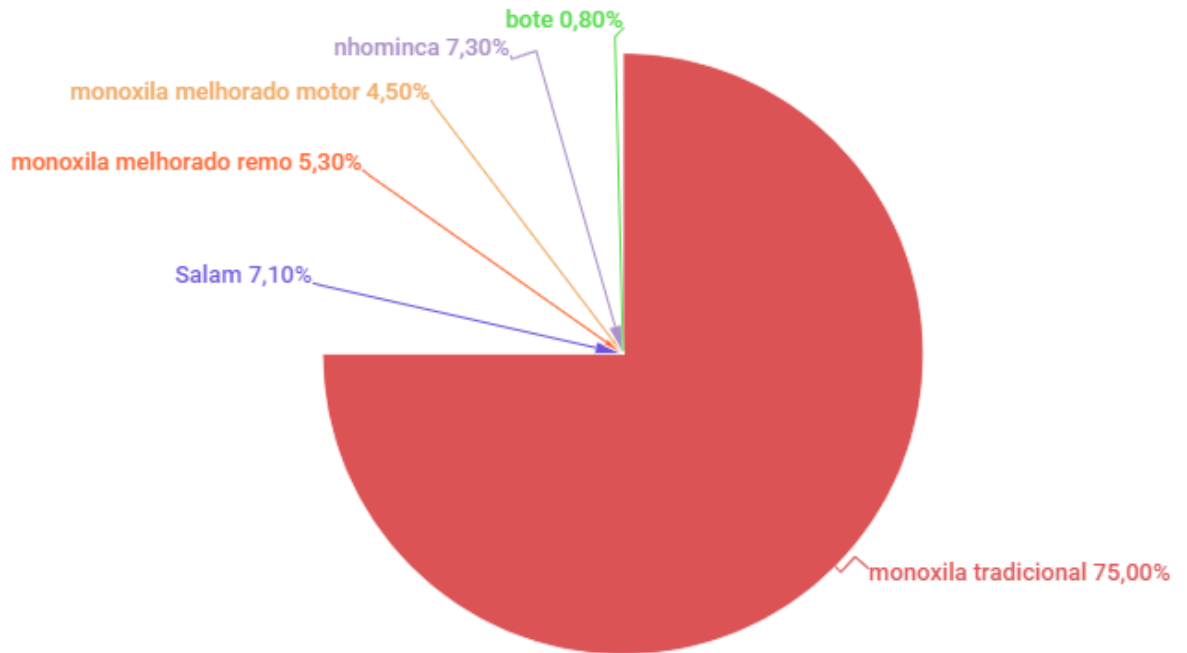


Figura 4: Tabela autoral baseada nas informações retiradas do Relatório Nacional da Conservação sobre a diversidade, 2014.

Quadros legal e institucional do meio ambiente na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau conta atualmente com um total de sete áreas protegidas que correspondem 495 510ha em áreas terrestres (13%) e marinha de 456 617 (12,63%) (IBAP, 2014). Após análise minuciosa do documento *Estratégias Nacionais para as áreas protegidas e conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau* (2014), constata-se que apesar dos esforços que têm sido feitos nos últimos anos por parte do Governo guineense em parceria com organizações internacionais, ONGs nacionais, comunidades tradicionais, em detrimento de conservar e salvaguardar a biodiversidade no país, ainda há demandas consideráveis neste domínio. Além disso, percebe-se ainda que esses esforços precisam ser redobrados, uma vez que a situação do meio ambiente está ficando cada vez mais agravante.

Por isso, nota-se a necessidade de o Governo intensificar seus laços externos e internos através das cooperações interestaduais e parcerias, como forma de mobilizar verbas e promover sinergias no que concerne a conservação e preservação do meio ambiente e da diversidade biológica. Pois, as políticas implementadas pelo IBAP em algumas zonas do território nacional têm sido eficazes em partes, por conseguir minimizar ou travar algumas práticas nefastas sobre o meio ambiente. Porém,

percebe-se que há uma tendência crescente num ritmo acelerado por parte da população e empresas, até o Estado, em utilização das divisas da natureza, é evidente que tais tendências excedam a capacidade dos ecossistemas no que diz respeito a fornecimento de desses serviços.

Em Guiné-Bissau, como alguns outros países do mundo, quando se refere aos assuntos voltados ao meio ambiente, percebe-se a existência das instituições e instrumentos legais tanto a nível nacional quanto ao nível regional e internacional, essas sinergias devem ao fato da complexidade desse assunto (ambiental) e compreensão da característica dos seus efeitos (além fronteira).

A nível internacional, um ano antes da independência da Guiné-Bissau em 1972, decorreu em Estocolmo a primeira conferência das Nações Unidas sobre o ambiente, conhecido mundialmente como conferência de Estocolmo. Em janeiro de 1992 aconteceu no Brasil, Rio de Janeiro, a segunda conferência mundial do meio ambiente, onde o assunto foi tratado com mais relevância e teve maior repercussão a nível mundial em comparação com a de Estocolmo. A conferência do Rio contou com a participação de 176 países, incluindo a Guiné-Bissau. Deste encontro nasceu o documento conhecido como *Agenda21*, no qual foram estabelecidas séries de atividades a ser desenvolvidas pelos países signatários da mesma, com objetivo de melhorar a conservação da diversidade biológica e o uso sustentável dos recursos biológicos, para isso foi definida a política mundial para o Meio Ambiente e vários outros tratados que possui a força vinculativa direta no território guineense e que o Estado da Guiné-Bissau, através dos seus Governos, devem promover a sua implementação.

Quadro legal sub-regional

De um modo geral, nível sub-regional, no que refere aos quadros legais de Meio Ambiente e recursos Naturais, pode ser destacar duas comunidades consideradas principais nesse domínio: UEMOA (União Económica e Monetária Oeste Africana) e CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental).

UEMOA – É uma organização de integração regional criada por um tratado assinado em Dakar, Senegal, em 10 de janeiro, de 1994 pelos chefes de Estado e Governo do Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo.

A Guiné-Bissau tornou-se oitavo membro dessa comunidade no dia dois (2) de maio de ano 1997, isto é, três anos depois da sua criação (TINIGUENA, 2016).

A CEDEAO- Trata-se de uma organização de Integração regional que engloba 15 países da África ocidental. Foi criado e assinado em maio de 1975 e revisto em 1993. Intervi no domínio de harmonização das políticas e assuntos mineiros dos países membros (TININGUENA, 2016).

Os Principais Leis Nacionais do domínio do meio ambiente

Nome do Instrumento	Decreto de criação	Importância
Lei de Bases do Ambiente	Nº 1/2011 de 2 de março	É o diploma que estabelece a disciplina genérica fundamental em matéria de ambiente e Recursos Naturais
Lei da Avaliação Ambiental	Lei nº 10/2010 de 24 de setembro	Diploma que estabelece as normas de estudos e avaliações dos impactos ambientais.
Lei-quadra das Áreas Protegidas	Lei nº 5-A/2011	Regulamentação de toda parcela do território Nacional classificado como Áreas Protegidas.
Lei Florestal	Lei nº 5/2011, 22 de fevereiro	Promove a gestão durável dos recursos que integram o domínio florestar.
Lei Gerais da Pesca	Lei nº 10/2011, 07 de junho.	Define as regras gerais de gestão e desenvolvimento da Pesca.
Lei da Terra	Lei nº5/98, 23 de abril	Define regime jurídico de uso privativo da terra.

Tabela 4. Fonte: Tabela criada pelo autor; conteúdo: retirado a partir do documento sobre Enquadramento Jurídico de Recursos Naturais (TINIGUENA, 2016).

Explosão demográfica:

As pressões crescentes de que as áreas protegidas vêm sofrendo nos últimos anos, em grande parte, deve ao aumento significativo que se verifica em número de habitantes, principalmente, nas cidades arredores de grandes sítios de conservação. Pois, regista-se cerca de 1.600.000 habitantes no território nacional que possui uma

extensão de 36.125km², onde a zona costeira alberga 80% da população que dependem direta ou indiretamente dos recursos naturais para sua sobrevivência (FERNANDES, 2019). Lembrando que o crescimento da população está relacionado ao aumento da exploração dos recursos, aumento da poluição, entre outros.

Essas dependências diretas da população aos recursos, principalmente nas Áreas Protegidas, são influenciadas também pelas crises políticas que afetam assim de forma indireta as suas atividades produtivas e proporciona automaticamente um “fluxo cidade-cidade” em busca das alternativas.

2.5 DISCUSSÃO

Principais desafios de conservação nas Áreas Protegidas da Guiné-Bissau

Nota-se uma acelerada perda da diversidade biológica no território nacional da Guiné-Bissau ao longo das duas últimas décadas, resultantes sobretudo das ações antrópicas. A destruição dos *habitats* causadas pelas práticas insustentáveis da agricultura, baseada no desmatamento, queima e a monocultura de caju. Esse último elemento (monocultura de caju) vem constituindo uma das maiores preocupações por parte de agentes da conservação ambiental, pelo fato de ser uma prática que ameaça muito a biodiversidade do país e que ao mesmo tempo, é difícil de desencorajar a população de praticá-la devido a complexidade de fatores às quais está ligado. Trata-se de uma atividade que envolve o produto mais exportado do país e constitui a atividade mais produtiva da população e da família. Os Relatórios Anuais do IBAP apresentam uma série de dificuldades e desafios dos agentes da conservação ambiental do país, principalmente no que concerne a fiscalização das Áreas Protegidas, onde se nota as dificuldades em realizar todas as missões previstas, além de um número significativo de infracções constatado durante a operação.

No que refere ao quadro institucional, jurídico legal do meio ambiente na Guiné-Bissau, nota-se a multiplicidade em termo de número das instituições e de ordenamentos jurídicos (as leis), resultante de grandes dinâmicas e esforços verificados a partir de décadas de 1990. Sendo um país signatário de vários tratados à volta de assuntos ambientais, o seu quadro institucional e jurídico pode ser

compreendido numa escala interna ou nacional ou numa escala externa ou sub-regional e internacional, isto é, existem algumas organizações ou comunidades externas cujas competências legislativas no que tange assuntos do meio ambiente e diversidade biológica, abrange o território nacional da Guiné-Bissau. Portanto o processo legislativo nessa matéria, em partes, consiste na revogação ou promoção de diferentes tratados aprovados a nível mundial.

Durante a entrevista com o Diretor Geral de Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP), foi possível compreender os principais desafios de conservação nas Áreas Protegidas, assim como conhecer as motivações, incentivos e dificuldades dos agentes da conservação na Guiné-Bissau.

No decorrer da entrevista, o Diretor do IBAP, Justino Biai, quando foi perguntado sobre principais maiores desafios da Instituição (IBAP), face à gestão e a conservação dos recursos biológicos, apontou pressões às áreas protegidas por parte população nacional em busca da subsistência alimentar. Ou seja, da melhoria da condição de vida, muitas das vezes motivadas pelos fins econômicos (o que ainda assim, é proibido na lei em zonas protegidas). Por outro lado, ressaltou que, além da população nacional, há uma forte pressão exercida por outros países, principalmente os países que fazem fronteiras com Guiné-Bissau nas zonas onde foram implementados parques ou áreas protegidas.

De acordo com Justino Biai, esse crescente número de habitantes nessas áreas, explica-se, tanto pelo aumento da taxa de natalidade nessas localidades, quanto pela atração exercida pelos recursos conservados nas áreas protegidas. Segundo ele, é quase impossível travar o crescimento da população local, mas é possível desenvolver medidas que ofereçam outras possibilidades dessa população satisfazerem suas necessidades alimentares, utilizando outras fontes que não sejam diretamente ligadas a exploração de recursos naturais. Isto é, o IBAP está tentando desenvolver, na medida possível, políticas alternativas capazes de substituir o meio ambiente enquanto fonte única de satisfação das necessidades essenciais.

Um dos aspetos destacados pelo entrevistado no decorrer da entrevista, quando perguntado sobre maiores desafios atuais da Instituição, foi o choque de interesses com outras instituições do Estado em algumas matérias cujas competências administrativas, pertencem tanto ao IBAP quanto aos outros

Ministérios. Segundo Justino Biai, o IBAP sendo uma Instituição “jovem” criada num momento em que já havia outros órgãos que atuavam nesse domínio (meio ambiente) de forma direta ou indiretamente, como por exemplo, as áreas protegidas (matérias da competência exclusiva do IBAP), encontram-se geralmente nos meios florestais (áreas da competência da direção geral de Floresta), ou as vezes, como caso de alguns sítios de conservação em ambientes marinhos (que também compete o Ministério de Pesca).

Continuo a insistir que o IBAP é gestor das áreas protegidas e da biodiversidade, sobretudo da biodiversidade ameaçada. Meio ambiente em geral há outras estruturas. Para começar a nível institucional, é de veras complicado porque o IBAP, quando foi criado em 2004, já havia orgânica do Governo, já havia estruturas do Governo a gerir o espaço. Tanto espaço florestal, como espaço marinho, como espaço costeiro. E não é fácil criar uma nova estrutura que vai encontrar o seu nicho, nessa... porque cada estrutura demanda um mandato para gerir o espaço.⁵

Justino salientou ainda que as tendências institucionais nem sempre são as mesmas, portanto, isso gera um conflito de interesse onde cada uma tenta defender o seu interesse administrativo enquanto instituição do Estado. Um dos grandes desafios e responsabilidades do Estado no que refere a uma boa qualidade de gestão e conservação de recursos da biodiversidade, é a promoção do diálogo e forte sintonia (relação sadio) entre os atores ambientais, no sentido de promover sinergias e transparência nesse processo.

Quando perguntado sobre seu cotidiano enquanto atuante na área de conservação e líder de uma Instituição com mandato de gerir as Áreas Protegidas do território da Guiné-Bissau, Biai referiu o seu trabalho como algo “apaixonante”, frisou ainda que, é um setor que envolve muitos aspectos ligados ao nosso cotidiano, portanto, isso motiva tanto quem atua nesse domínio, segundo ele, essa sua importância do meio ambiente e recursos biológicos, constitui fator que o apreende e incentiva a trabalhar nesse domínio desde décadas de 1990, quando regressou ao país depois de alguns anos de formação na Alemanha. Confessou que ao longo desse período, tem aparecido muitas outras oportunidades de trabalho nas outras áreas,

⁵ Entrevista cedida por Justino Bial, no dia 19 de fevereiro de 2021.

mas sempre quis continuar a dar sua contribuição em prol da conservação do meio ambiente na Guiné-Bissau.

Para mim é um trabalho muito apaixonante. Não é por acaso que desde que entrei neste domínio, nunca mais consegui sair, embora tenha tido algumas ofertas. Acho que é uma área muito interessante e muito importante para nossa vida, só que muitas das vezes não tida em conta. Porque como tudo no ambiente é gratuito, ninguém paga por nada, tudo aquilo que o homem não paga, não dá valor. E por isso mesmo é um bocado ingrato trabalhar nesse domínio porque a preferência de vários setores, que portam riquezas. Por exemplo, as pescas, as minas, o petróleo, a agricultura, mas infelizmente as pessoas não fazem interligação entre o ambiente e os setores econômicos.⁶

Para Justino, essa importância da conservação dos recursos da biodiversidade, não é reconhecido por parte de muitas pessoas ou até instituições, principalmente aqueles cujos interesses econômicos, justamente por não ser mecanismo que controla a exploração desses recursos com vista a promover uma utilização sustentável de tais bens. Saliu ainda de que, as pessoas têm dificuldades de compreender que a conservação da diversidade biológica, é fundamental para garantir a utilização de tais recursos ao longo prazo.

Se não tivermos um ambiente saber, não podemos praticar a agricultura. Se não tivermos o solo arado, se não tivermos, não garantimos a troca catiônica no solo entre os microrganismos e as plantas, não temos agricultura. Se não garantimos os polinizadores que possam continuar a fazer o seu trabalho, as abelhas, os pássaros e outras espécies, não temos uma agricultura. Temos que entender a interação entre o ambiente e os outros setores. A mesma coisa com as pescas.⁷

Essa observação feita pelo Diretor do IBAP, traz à tona a importância da educação ambiental na Guiné-Bissau, como forma de conscientizar a população, evidenciar valores do meio ambiente através da ilustração do seu papel na nossa vida e nos assuntos econômicos do país. Isso será possível só com desenvolvimento de projetos da educação ambiental que integra todas as classes sociais a nível nacional,

⁶ Entrevista cedida por Justino Bial, no dia 19 de fevereiro de 2021.

⁷ Entrevista cedida por Justino Bial, no dia 19 de fevereiro de 2021.

que vai envolver comunidades tradicionais, empresas, instituições de ensino básico ao ensino superior, até as diferentes instituições econômicas do próprio Estado guineense. Também, observa-se a necessidade de reforçar a fiscalização das leis do domínio ambiental e a sua acessibilidade por parte da população a nível nacional.

Quanto às perspectivas do IBAP, o entrevistado ressaltou que o IBAP se preocupa ultimamente em catalogar diferentes conhecimentos tradicionais existentes na Guiné-Bissau no domínio da gestão de meio ambiente e recursos naturais, como forma de promover casamento entre normas jurídicas e normas tradicionais para que haja mais coerência e sinergias no que se refere à gestão das áreas protegidas

Só pra reforçar esse aspecto, nós tivemos sempre a preocupação de catalogar as práticas tradicionais positivas, para que possam ser integradas nas normas de gestão das áreas protegidas. Porque senão, o que acontece, criamos uma área protegida (...) o povo aí, continua a respeitar as suas normas, porque tem normas que todo mundo conhece a respeito, mas as pessoas que vem de fora, os alóctones, não respeitam essas normas. E ali, fazendo casamento entre as normas tradicionais e as normas, eu diria clássicas, de conservação, vamos atingir tanto a comunidade local, como os alóctones.⁸

Essa iniciativa de IBAP é de extrema importância, pois reconhecendo a Guiné-Bissau como sendo um país que compreende grande diversidade étnica e cultural onde cada etnia possui suas crenças e esses têm suas próprias concepções da natureza, seria uma possibilidade de gestão das áreas protegidas, estabelecer uma dialética entre as normas jurídicas e tais concepções, uma vez que essa última visa proteger meio ambiente e assegurar a utilização de recursos biológicos a longo prazo.

Por outro lado, o Diretor apontou o dilema ciência e valor como um dos fatores que ainda precisam ser debatidos com profundidade e fundamentado nas comunidades através da educação ambiental. Ainda em sua fala, reconheceu que não se trata de uma tarefa fácil, convencer uma comunidade de que uma certa espécie abundante nas suas áreas ou regiões é ameaçada globalmente, afirmando que

⁸ Entrevista cedida por Justino Bial, no dia 19 de fevereiro de 2021.

“aqueles que cuidam das tartarugas ou que tem tartarugas suficientes, é difícil aceitar que as tartarugas são ameaçadas”.⁹

Segundo ele, algumas espécies de plantas e animais considerados ameaçados na maioria das vezes, constituem a única fonte de recursos necessário a vida dos cidadãos dessa localidade, portanto, sem a criação de fontes alternativas, torna difícil restringir acesso desse recurso a essa população. Salientou ainda de que o IBAP muitas das vezes carece de meios para criar alternativas às populações de áreas protegidas devido suas limitações financeiras.

Vou só dizer uma coisa, é... acho que precisa do crioulo. O guineense sabe que “*Saku limpu ka ta firma*” (saco vazio não pode, não consegue permanecer firme) por mais que faça a educação ambiental, saberiam que de barriga vazia, não vão te dar ouvido à essa educação ambiental. Educação ambiental sim, é necessário, mas é preciso sempre que seja acompanhado de medidas compensatórias, com medidas alternativas.¹⁰

Esse, é sim um dos desafios maiores da educação ambiental no país e em particular nas Áreas Protegidas do território guineense. O investimento nos projetos sociais, empreendedorismo, criação de centros de formação técnico, contribuirão para diminuir pressões às áreas protegidas. Esse conflito entre o consumo e a conservação, em Guiné-Bissau não constitui meramente dificuldades de conservar recursos biológicas nas Áreas Protegidas, como resulta também resulta em conflitos entre os seres humanos e outros animais devido a competição pelo determinado recurso ou espaço.

Quando perguntado sobre o engajamento de Governos guineense no processo da conservação da biodiversidade e gestão das áreas protegidas, disse que é de admitir que nas últimas décadas houve evolução no processo de criação de áreas protegidas e não só, também se verifica que em termos institucionais teve grandes dinâmicas em termos estruturais, isto é, o setor de meio ambiente começou com Fórum e hoje já existe um Ministério de Meio Ambiente.

⁹ Entrevista cedida por Justino Bial, no dia 19 de fevereiro de 2021.

¹⁰ Entrevista cedida por Justino Bial, no dia 19 de fevereiro de 2021.

A respeito às políticas e desafios de IBAP face a implementação de projetos da construção de Áreas Protegidas, segundo Justino Bial, para esse fim, o IBAP adota uma filosofia que está funcionando, filosofia essa que, reconhece as necessidades das comunidades e a forma como essas interagem com o meio ambiente, para a partir disso pensar nas estratégias de gestão dessas áreas de forma que as políticas de IBAP não vai ao encontro das práticas culturais e conhecimentos tradicionais que não prejudicam o meio ambiente. Segundo ele, esse mecanismo consiste em valorizar tradições e práticas culturais benéficas, ao mesmo tempo incluir a comunidade no processo de Gestão das áreas Protegidas.

De forma genérica, a filosofia que foi adotada para criação das áreas protegidas tem um acolhimento favorável por parte das comunidades porque vai ao encontro das tradições locais. Para dar exemplo da comunidade Bijagós. Onde não se enterra os mortos, quer dizer que a comunidade Bijagós não vai viver ali, porque se viver ali caso falecer uma pessoa, tem que apanhar a canoa, pegar o cadáver para enterrar em outro sítio. Nas ilhas onde não se pode derramar sangue, também não pode viver. E nós agarramos nessas regras e mostramos que o Parque é para reforçar essas regras. As matas sagradas por exemplo, onde fazem cerimónias de *fanado* nós mantemos essas matas como zona central, que tem as suas restrições. E essas restrições tradicionais devem ser respeitadas, vão continuar, ali há um acolhimento favorável.¹¹

Afinal, seria mais vantajoso conectar as estratégias da gestão ambiental às realidades da comunidade porque dessa forma, ambos constituirão uma rede ou sinergia no que concerne a gestão das áreas protegidas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão das literaturas disponíveis acerca do assunto do presente trabalho, análise de diferentes documentos oficiais do Governo guineense e a entrevista com o Diretor Geral do Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP), foi possível considerar que a atual situação do meio ambiente em Guiné-Bissau é crítico, pois caracteriza-se por uma excessiva perda da diversidade

¹¹ Entrevista cedida por Justino Bial, no dia 19 de fevereiro de 2021.

biológica e recursos naturais. Por outro lado, constata-se que as áreas protegidas são alvos de pressões exercidas pelas populações locais e por vezes, de outros países. Isso torna urgente a necessidade do Governo guineense de fortalecer seus laços externos (cooperações), a fim de mobilizar fundos que o possibilitam investir na implementação das medidas reativas e proativas na área de conservação ambiental, com intuito de travar ou minimizar a degradação ambiental.

Por outro lado, é necessário que sejam redobrados os esforços no sentido de integrar as comunidades e alguns conhecimentos tradicionais à política ambiental nacional, como forma de poderem auxiliar o Governo guineense no processo da gestão e conservação do meio ambiente. Na mesma perspectiva, a difusão da educação ambiental a nível do território nacional, deve constituir a prioridade do Governo assim como de diferentes ONGs que atuam no domínio da conservação do meio ambiente, possibilitando que a população guineense esteja ciente das suas práticas voltadas ao ambiente. Isto é, o conhecimento sobre os impactos ambientais deve ser levado aos currículos escolares, assim como devem também constituir assuntos chaves no domínio da educação informal.

Desse modo, este trabalho além de contribuir para a literatura de futuros trabalhos voltados à conservação do meio ambiente na Guiné-Bissau, possibilita também que diferentes atuantes ou parceiros nessa área, tenham uma visão clara sobre o estado do meio ambiente, leis que regem a conservação e exploração de recursos ambientais, e ainda permitem localizar diferentes áreas protegidas dentro do território nacional da Guiné-Bissau, suas dimensões e respectiva importância. Vale salientar que, a acessibilidade da instituição responsável por gerir as áreas protegidas e a biodiversidade da Guiné-Bissau, facilitou em termos de recolhimento de informações e de acesso aos documentos e relatórios de Governo, por outro lado foram constatadas uma série de dificuldades em encontrar literaturas a volta dessa temática.

O isolamento social devido a pandemia causada pelo *Covid-19*¹² que assola o mundo no preciso momento de desenvolvimento deste trabalho, dificultou um pouco no que diz respeito ao seu aprofundamento. Portanto, recomenda-se às futuras pesquisas, maior exploração de algumas entidades importantes nesse domínio, por

exemplo, as comunidades locais, as escolas enquanto promotoras de conhecimento formal, as famílias enquanto base da educação informal. Como forma de obter mais dados acerca de diferentes problemas ambientais, examinar a consciência ambiental em diferentes níveis de escolaridade e compreender as dinâmicas e déficit das leis ambientais face suas aplicações nas comunidades. Por fim, pode-se, a partir deste trabalho, dar continuidade a temática e desenvolver pesquisas mais aprofundadas e específicas sobre espécies ameaçadas nas áreas protegidas da Guiné-Bissau, diversidades biológicas nas ilhas de Guiné-Bissau, dentre outros.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATHILLON, Aldine Valente. **Política ambiental guineense e seus instrumentos: uma análise histórica da evolução das políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau.** Monografia (especialização) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 2018.

BAI, Nem. **Educação ambiental na Guiné-Bissau: contrastes entre a realidade e a percepção dos problemas ambientais pelos guineenses.** Monografia (Graduação) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Redenção, 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

FERNANDES, Helcim Danamon Fernando. **A Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Guiné Bissau: um estudo sobre o Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas (IBAP).** Monografia (Graduação) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileiro-UNILAB. São Francisco do Conde, 2019.

GUINÉ-BISSAU. **Suplemento ao Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau.** Nº 9. Guiné-Bissau, 2011.

GUINÉ-BISSAU. Secretaria de Estado do Ambiente. **Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade.** Guiné-Bissau, 2015.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. **Projecto do Plano de Acção Nacional da Luta Contra a Desertificação na Guiné-Bissau (PAN/LCD).** Bissau, 2006.

IBAP, Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas. **Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau 2014-2020**. Guiné-Bissau, 2014.

IBAP, Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas; Programa de Formação Avançada para ANEs - Formações Temáticas. **Manual: Ambiente e Conservação**. Guiné-Bissau, 2013.

IBAP, Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas. **Relatório Anual do IBAP 2011**. Guiné-Bissau, 2011.

IBAP, Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas. **Relatório Anual do IBAP 2014**. Guiné-Bissau, 2014.

IBAP, Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas. **Relatório Anual do IBAP 2019**. Guiné-Bissau, 2020.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/ 2003.

MTA, Ministério do Turismo; IBAP, Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas. **Estratégia Nacional do Ecoturismo na Guiné-bissau**. Guiné-Bissau, 2018.

ONG, Tiniguena. **Relatório do Inventário sobre o Estado da Produção Legislativa relativa à Gestão e Exploração dos Recursos Naturais na Guiné-Bissau**. Guiné-Bissau, 2016.

OLIVEIRA, Patrícia Sinésia. **As ações de educação ambiental desenvolvidas pelas ONG nas comunidades rurais da Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Educação de Bragança. Bragança, 2020.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. **Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública**. Revista Saúde Pública. 29 (4). São Paulo, 1995.

TEMUDO, Marina Padrão. **A narrativa de degradação ambiental no Sul da Guiné-Bissau: uma desconstrução etnográfica**. Etnográfica Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. Vol. 13 (2), p. 237-264. Novembro de 2009.

5. APÊNDICE

Entrevista – Justino Biel

Duração: 1h 25 min. 06seg.

Entrevistado:

Entrevistador: (...) tem o mandato de identificar, propor e gerir as áreas protegidas na Guiné-Bissau. Não é o ambiente no seu todo, mas o meu mandato se restringe aos sistemas nacionais de áreas protegidas na Guiné-Bissau e é nessa parte que penso também poder dar eventuais contribuições na feitura do seu memorando. Na sua genialidade, temos uma direção geral do meio ambiente(...) temos uma direção geral do meio ambiente, temos uma direção geral de desenvolvimento durável. Se tiver necessidades, talvez, de questões que ultrapassam meu âmbito de intervenção, posso entrar em contato com o diretor geral do meio ambiente e o diretor geral do desenvolvimento durável. E temos ainda uma direção geral que é de autoridade da avaliação geral competente. Tem a ver com os estudos de Parque Ambiental ou de Parque Social. Portanto, depende das questões que vai colocar. Se for do meu âmbito, claro, vou dar as respostas das informações que tenho, mas se for de um outro âmbito, eu preferiria que tentasse contato diretamente com essas direções gerais. Meu nome é Justino Biel, sou agrônomo de profissão, socio-economista agrícola, mas desde os anos de 1996, 1997 voltei ao país, depois de meus estudos na Alemanha, tô dedicado à conservação. No início, entrei como investigador de INEP, e nessa altura o INEP tinha uma parceria com a União Internacional de Preservação da Natureza, pra **(inaudível em 2min.7seg.)** preservação dos Bijagós, fui contratado como primeiro coordenador e presidente dessa reserva, onde trabalhei de 1997 até 2004, quando se criou o IBAP, que é o Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas. E me candidatei e fiquei como coordenador do Instituto, de 2017 pra cá, depois de nosso ex diretor ganhar um posto na própria **(inaudível em 2min.37seg.)**, candidatei-me e passei a assumir o cargo de diretor do Instituto até esta data.

Entrevistador: Muito obrigado, muito obrigado pela breve apresentação. Podemos seguir as perguntas, pode ser?

Entrevistado: Ya, à vontade.

Entrevistador: Desde já, pode ficar à vontade, como o senhor mesmo já anunciou. Se por acaso eu colocar alguma pergunta que não é de sua competência ou área de atuação, podemos deixá-la. E também se eu ficar sem perguntar alguma coisa que o senhor considera importante para essa nossa pesquisa, eu agradeço muito que o senhor comentasse. A primeira pergunta é, como

o senhor se sente atuando na área de preservação ambiental? Pessoalmente, como o senhor se sente, atuando na área de conservação ambiental, como líder também do IBAP.

Entrevistado: Okay. Para mim é um trabalho muito apaixonante. Não é por acaso que desde que entrei neste domínio, nunca mais consegui sair, embora tenha tido algumas ofertas. Acho que é uma área muito interessante e muito importante para nossa vida, só que muitas das vezes não é tida em conta. Porque como tudo no ambiente é gratuito, ninguém paga por nada, tudo aquilo que o homem não paga, não dá valor. E por isso mesmo é um bocado ingrato trabalhar nesse domínio porque a preferência de vários setores, que portam riqueza. Por exemplo, as pescas, as minas, o petróleo, a agricultura, mas infelizmente as pessoas não fazem interligação entre o ambiente e os setores econômicos. Estive em uma reunião com... há dois anos atrás com a Ministra da Agricultura, em que se pretendia criar um Fórum de Conservação. Sem dúvida, é sabido por todo mundo que Guiné-Bissau depende da agricultura para a sua economia, tanto em nível macro, como em nível micro. E eu disse à Ministra que estou totalmente de acordo, é uma constatação, mas também a própria agricultura do qual a nossa economia depende, depende do meio ambiente. Porque se não tivermos um ambiente saber, não podemos praticar a agricultura. Se não tivermos o solo arado, se não tivermos, não garantimos a troca catiônica no solo entre os microrganismos e as plantas, não temos agricultura. Se não garantimos os polinizadores que possam continuar a fazer o seu trabalho, as abelhas, os pássaros e outras espécies, não temos uma agricultura. Temos que entender a interação entre o ambiente e os outros setores. A mesma coisa com as pescas. No passado, a Guiné-Bissau tem um acordo de pesca com a União Europeia, e quando estabeleceram esse acordo, ninguém se preocupava com o meio ambiente. Porque o interesse é o produto de pesca, o pescado, mas esquece que o pescado se produz em alguns sítios e esses sítios não dependem das pescas. Se não houver recifes coralinas, se não houver bancos de areia, não há reprodução de pescado, não há crescimento do pescado. E isso tem que ser visto quando no ato dessa negociação, pra ver, pra termos o recurso para que esses que fatores entram em jogo possam existir. Portanto, em ausência desse conhecimento, ficamos a trabalhar de forma isolada porque a compreensão geral do país e da comunidade guineense, é o dinheiro fresco, aquilo que se vê a olho nu. E essas interações, é preciso que tenhamos capacidade de levar essas informações para o grande público, para que possam interessar-se pelo meio ambiente. Eu costumo dar o exemplo e brincar que o guineense não se preocupa em comprar uma gargantilha de ouro por cinco mil francos, mas no dia que lhe disser para comprar o litro de oxigênio, mesmo que seja por mil francos, vai

começar a resmungar. Mas sua vida depende desse oxigênio, não pode viver sem o oxigênio, mas pode viver sem a gargantilha de ouro. Não sei se me fiz entender (risos).

Entrevistador: (risos) Claro.

Entrevistado: ... É um setor muito difícil, sobretudo nessa correria de ganhos econômicos, para dizer a alguém que não deve desbravar a floresta para fazer a monocultura do caju, por exemplo, são coisas que caem em ouvidos roucos. Ninguém que ouvir isso porque precisa vender o caju, que é um fator econômico para resolver os seus problemas financeiros, econômicos. As consequências que daí vêm, não são vistas de imediato. São coisas que levam de anos em anos para serem sentidas, sobretudo nessa fase de mudanças climáticas. Tentamos sensibilizar as pessoas para não ocuparem as zonas úmidas, essas zonas tenham um papel específico na nossa vida, no meio ambiente, mas é incompreensível para eles. Porque não veem a interação, não veem o perigo que isso poderá causar num futuro de médio ou longo prazo... mas bem, continuando, é uma paixão, como eu disse. Temos um desafio que é muito grande, nesse momento é pôr na mesa o valor econômico do meio ambiente. Para mostrar que o meio ambiente, embora não se vende no mercado o oxigênio, mas tem um valor inestimável. Temos que estimar esse valor, com a proteção da Costa do mangal, como zona de reprodução de diferentes espécies, como habitat para espécies que tem um papel preponderante na construção e renovação do nosso meio ambiente. Então tem um fator que estamos a lutar cada vez mais nós estamos ainda relativamente atrasados. Temos o poder de mostrar o valor econômico do meio ambiente. Estar ao mesmo nível porque quem toma a decisão, não lhe interessa o futuro. O que lhe interessa é resolver os problemas das pessoas que estão em greve, dos agentes de saúde que estão em greve. O meio ambiente que não lhe aporta financeiramente de imediato, é a realidade de segundo plano e estamos a conviver com essa realidade.

Entrevistador: Exato, muito obrigado. Muito obrigado pela sua resposta. Muito interessante. A segunda pergunta é: quais são... ou seja, quais são os principais desafios da Instituição atualmente? Ou seja, nos últimos anos. Quais são os principais desafios do IBAP? É uma pergunta mais institucional. Sabemos que o IBAP é responsável pela gestão do meio ambiente em Guiné-Bissau. E levando em consideração o tipo de país que nós temos e todas as crises e tal. E, também a diversidade étnica e cultural, e a falta de acessibilidade em algumas zonas, faz com que nós, por exemplo, que não atuamos diretamente no meio ambiente, temos uma impressão de que existem várias dificuldades por parte da instituição. É isso que gostaríamos que o senhor comentasse. Quais são as principais.

Entrevistado: Continuo a insistir que o IBAP é gestor das áreas protegidas e da biodiversidade, sobretudo da biodiversidade ameaçada. Meio ambiente em geral há outras estruturas. Para começar a nível institucional, é de veras complicado porque o IBAP, quando foi criado em 2004, já havia orgânica do Governo, já havia estruturas do Governo a gerir o espaço. Tanto espaço florestal, como espaço marinho, como espaço costeiro. E não é fácil criar uma nova estrutura que vai encontrar o seu nicho, nessa... porque cada estrutura demanda um mandato para gerir o espaço. Só para dar o exemplo, a Zona Costeira, é declamada pelo Instituto Marinho Portuário, de que a Zona Costeira, o litoral, recai no seu mandato, é declamado pela gestão nacional das florestas porque alberga a floresta do mangal, um sistema florestal, é reclamado pelo Ministério das Pescas, porque é a interface entre o mar e a terra na zona de pescados, e também declamado pelo IBAP porque o mangal é um ecossistema sensível. Porque sofrem várias ameaças e o papel que jorra no meio ambiente. Para o IBAP conseguir firmar-se em um sistema já formatado, não foi fácil. De 2004 pra cá, foi a nossa principal batalha de reafirmasse como Instituição. Encontrarmos o nosso nicho em nosso mandato específico, isso tem nos absolvido muito tempo. Não é situação de guerra, mas é convencer as outras Instituições de que aquilo que estamos a fazer, é válido e não vai retirar em nada as Instituições que já estão formalizadas no país. Só para dar o exemplo, uma situação caricata. Peço desculpas, recados administrativos às vezes, você é obrigado... como estava a dizer, a capacidade de convencer as outras Instituições daquilo que estamos a fazer é válido, só que estamos a fazer em um país em que no passado, tradicionalmente, o ambiente era respeitado por nossas comunidades. Porque havia uma convivência harmoniosa entre nossas comunidades e o meio ambiente, mas essa nova geração, que tem novos aspectos financeiros e econômicos como primeiro fator, a convivência harmoniosa com o meio ambiente não lhe diz muita coisa. E nós temos que mostrar que vale a pena se preocupar com o nosso meio ambiente, com nossa biodiversidade. Porque a Guiné-Bissau, não é hoje que se fala do petróleo, da indústria extrativa, mas quase que toda a economia de Guiné-Bissau, seja ela local micro, seja ela a nível nacional, depende do curso da biodiversidade. Quem fala da agricultura, quem fala das pescas, quem fala da exploração florestal, todos os outros domínios são fatores ambientais. E vale a pena ter essa preocupação em mente, se queremos continuar a ter nossa economia baseada na agricultura. Temos que nos preocupar com a continuidade da existência dos ecossistemas florestais, temos que continuar a nos preocupar com os aspectos da erosão tanto costeira, quanto erosão fluvial, temos que continuar a nos preocupar com as espécies da biodiversidade, seja ela a florísticas que estão a desaparecer. E isso não foi nada fácil, eu estava tentando dar um exemplo porque as áreas protegidas é um espaço delimitado com as suas coordenadas e nós temos um mandato de gerir

esse espaço. Garantir que as normas instituídas sejam respeitadas. E quando são violadas, as pessoas são, quando são interceptadas em violação, são obrigadas a pagar multas. A direção da floresta exigia que toda madeira ou cibe que fosse apreendido nas áreas protegidas, que fossem entregues às direções gerais da floresta, esse mandato pertence a este Ministério . E nós dizemos “não, aquilo que está fora das áreas protegidas é do vosso mandato, mas o que está dentro das áreas protegidas é do mandato de IBAP”. Mas isso foi um longo período de negociação, depois acabaram por compreender... e eu sempre dei a ideia de que, “olha, fica à vontade porque a casa é vossa”, vamos comparar como família. A casa é dos pais, o pai e mãe, mas há a divisão do quarto. Se está em casa, tem o seu quarto, faça de conta que um dos quartos é nosso, é do IBAP. Mas a casa inteira é vossa. Não vão se preocupar com toda a casa, mas não tem direito de chegar e abrir a porta de qualquer maneira, tem que respeitar a sua privacidade. E ali temos que compreender. A mesma coisa foi com as pescas, a reclamação das pescas é que dão licença para as pescas. E se dão licença, os pescadores devem pescar em toda superfície nacional. E da mesma forma é a área protegida temos que respeitar as normas que foram estipulados pelas áreas protegidas, sob pena de começar perder os recursos. E nós lhes dizemos, se continuarem com essa série de pescado, o próprio Ministério das Pescas com o tempo vai desaparecer, porque para dar licença de pesca, tem que ter recurso em biomassa para dar licença de pesca, mas se não garantirmos o recurso dessa biomassa, se pescamos hoje, pescamos amanhã, e depois de amanhã já não temos o que pescar. Aí acabaram por compreender que houve uma situação inédita porque quando criamos o IBAP, tivemos a preocupação de criar uma Fundação que se chama Bio Guiné, e essa fundação deve ter o papel de angariar fundos, colocar no Banco e os interesses desses fundos ajudar na conservação da biodiversidade. Infelizmente, com a ordem econômica mundial atual, não tivemos o grande sucesso que se espera, mas pra dizer que o primeiro contributo dentro dessa Fundação foi o próprio Ministério das Pescas. Porque acabaram por compreender que o IBAP tá a proteger e conservar o espaço de reprodução dos recursos pesqueiros. E isso vai ajudar a obter uma pesca sustentável e durável ao longo do tempo. No entanto, são exemplos que nesse momento temos uma situação muito difícil com a indústria extrativa, sobretudo de mineiros, a exploração de pedras, que se tornou quase uma moda. Querem explorar pedra ao torno onde nem existe pedra, inclusive em áreas protegidas. A lei enquadra as áreas protegidas que suporta toda a nossa atuação. E para além de cada área protegida que será criada, tem o decreto de criação. Além do decreto de criação, temos o regulamento interno das áreas protegidas. E são os documentos legais nos quais baseamos para nossa intervenção. Nesse documento, não dá autorização de uma atividade econômica, dentro da área protegida, sem que haja um estudo do impacto ambiental e social prévia. Mas as pessoas

com pressa de fazer dinheiro, querem explorar sem respeitar essas orientações. E ali entramos em choque, inclusive, com as estruturas governamentais, deveria dar a apoiar, mas entra em choque porque estamos a pôr em causa o interesse do Ministério, o interesse da Secretaria do Estado, mas a própria lei quadra das áreas protegidas **foi** aprovada pelo conselho dos ministros. Os decretos das criações dos parques foram aprovados no Conselho dos Ministros. E hoje, há mudança no Governo, mas há a continuidade. Os governantes não querem respeitar isso porque dizem que tem que alimentar o corpo do Estado, e estamos plenamente de acordo, se não houver saída no meio florestal, se não houver saída na exploração mineira há dinheiro no cofre do Estado. Mas há princípios, que podemos cautelar que seja respeitado, sob pena de estarmos a banalizar as nossas próprias decisões. E muitas das vezes, nos sentimos quase, eu diria entre aspas, “abandonados”, porque a problemática de conservação em vez de tomarem como um aspecto de garantir a gestão durável do recurso, o veem como impedimento do desenvolvimento. Então são situações que temos sempre que estar a trabalhar com os tomadores de decisões, com a comunidade local a dizer que, nas pescas por exemplo, estamos a pretender criar áreas protegidas em toda zona marítima da Guiné-Bissau, estamos a proibir as pessoas a plantar o caju, mas são situações que foram discutidas previamente. O que temos que ter em conta é que há mudanças geracional. Como eu disse anteriormente, a geração passada se preocupava em fazer lareira para o cultivo do arroz em um espaço limitado. Hoje em dia, em vez de deixaram o espaço para recuperação, meteu o caju. No próximo ano vão desbravar novamente novos espaços e meta o caju. Há médio e longo termo, já vamos deixar de ter florestas, de ter monocultura do caju em Guiné. É um fator econômico, mas tem suas consequências. Porque tudo que é monocultura, tem impacto no meio ambiente, tem impacto na fauna. Há muita fauna que é especializada, utilizam em certos ecossistemas e ali encontram formas de sobreviver. Mas no dia que tirar essa diversificação florística e colocar na monocultura, a tendência dessa fauna, ou, se tiver capacidade de adaptar-se essa nova realidade, ou simplesmente desaparecer. São fatores que não é da área faze-la entender essas dinâmicas e interrelação não é de um dia para o outro. E demais, temos um país que muito volátil em termos de administração, hoje temos um Governo que está a fazer um ano. Senão, em média, a cada seis meses temos um novo Governo. Os interlocutores mudam constantemente, começam a trabalhar com um certo número de interlocutores, três, quatro meses depois já não estão aí. E vem novos interlocutores, que vem com outros objetivos, outras estratégias, que às vezes não tem a ver com aquilo, da capacidade de carga do país. E começam a ver vários problemas. Eu me lembro, por exemplo, que tinha um Secretário de Estado do Turismo que tinha no seu plano fazer dez mil camas em uma ilha de Guiné-Bissau, meu deus. A ilha não tem capacidade para

isso. Não é isso?! Em termos financeiros, em termos econômicos. Acha que é a forma mais viável para desenvolver o turismo. E nós sempre estamos na mesa a bater, dizendo na nossa realidade de que Guiné-Bissau não tem essa capacidade de enfrentar turismo em massa. Temos o turismo ecológico, turismo sustentável, fazer o turismo na nossa realidade, com aquilo que nossa biodiversidade nos oferece, nós temos garantia da durabilidade. Mas não é fácil convencer setores, por exemplo, tenho um colga que diz isso a brincar, mas sei que é a forma de pensar de muita gente... temos um milhão a nível do arquipélago, no período mais alto, temos mais de dez mil tartarugas a desovar na ilha. E esse colega, no início do dia, no dia que foram descobertos petróleo aí, começamos desvalorizar nossas tartarugas. É maneira de pensar dele, porque o petróleo é mais importante que a tartaruga (risos). Fator econômico é mais importante, fator resolve o problema de imediato e a preocupação de todo mundo concentra-se sobretudo nesse sentido.

Entrevistador: Muito obrigado (risos). Acho muito interessante sua visão a respeito dessa questão. Porque sempre na questão ambiental, o primeiro obstáculo, ou seja, o primeiro desafio, é a questão econômica. Que vem com uma tendência imediatista.

Entrevistado: É isso.

Entrevistador: ... e quando se trata do meio ambiente, a questão da sustentabilidade, a questão que se coloca sempre deve ser essa que o senhor alegou. Queremos desenvolvimento para quanto tempo? Queremos um desenvolvimento a curto período ou vamos pensar nas gerações vindouras?

Entrevistado: Vindoura... exatamente. É um problema, é um problema... é mundial, mas é ainda mais agravante aqui em Guiné.

Entrevistador: É. Então, muito obrigado. Essa segunda pergunta, a partir da sua resposta, abriu mais, muitas outras para eu questionar na minha pesquisa (risos). O senhor conseguiu tocar em alguns pontos que eu não tinha nem conhecimento a respeito.

Entrevistado: Bom, é a exigência do dia a dia, né (risos).

Entrevistador: (risos) exato. Bom, a terceira pergunta, quase o senhor respondeu na segunda pergunta, mas é sobre qual é a relação entre o IBAP e o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais? Qual é a relação?

Entrevistado: Sim, aqui temos que distinguir um caso em particular da Guiné-Bissau. Quando se fala dos recursos naturais, o Ministério de Recursos Naturais na Guiné-Bissau, se pensa mais

em recursos mineiros petrolíferos. E o Ministério do Ambiente, hoje... bom, já tivemos nos Governos passados, há muita mudança na nomenclatura. O Ambiente já passou por direção geral, ou fórum, vários Ministérios, depois chegou à Secretaria da cidade e hoje, temos o Ministério do Ambiente e Biodiversidade. E somos tutelados pelo Ministro do Ambiente, o IBAP. Portanto, o IBAP é uma Instituição de utilidade pública, embora temos autonomia administrativa financeira, mas somos tutelados pelo Ministro e não pelo Ministério. Temos diferença com as direções gerais. E o Ministério de Recursos Naturais é um Ministério que só ocupa as minas, o petróleo, o cais, fosfato, pedreiras. O Ministério ocupa os recursos naturais não renováveis, os recursos naturais renováveis estão no Ministério do Ambiente e da Biodiversidade. Se quisermos compreender melhor sobre esse assunto. A relação com o Ministério do Ambiente, por enquanto o Ministério está sob nossa tutela, são relações de trabalho conjunto. Porque fazemos parte da casa, fazemos programações conjunta, fazemos segmentos de monitorias conjuntas. No entanto, é uma relação de gestão indireta, porque o Ministério não gere o IBAP diretamente, embora haja sempre essa tentativa. Porque, não vou dizer que o IBAP é uma Instituição de fenômeno internacional, mas o atual que temos em Guiné-Bissau, não sei se é sempre de bom agrado ter como Instituição abaixo de tutela, mas eles estão indiretos. De forma que não temos problema nenhum com o Ministério de Ambiente e outros Ministérios, não passam daquilo de aquilo que falei, muitas vezes são inibidores, bloqueadores desse desses porque nós fazemos sempre, como se diz em bom crioulo: *finca-pé*. Para que as normas sejam respeitadas. E isso, muitas das vezes, é visto como um fator de bloqueio. E temos por sorte, como eu disse, dentro do Ministério do Ambiente, a autoridade da avaliação dos impactos ambiental, que tem por mandato, obrigar todos os projetos, os programas, para que façam a preservação dos parques ambientais. E tanto o IBAP quanto essa estrutura, somos criados junto da base de um projeto. De forma que costumamos dizer, somos irmãos gêmeos, e ali temos um parceiro que vem sempre em apoio, o IBAP pretende implementar investimentos dentro das áreas protegidas que não respeitam as normas. E ali, a autoridade da preservação ambiental exige que esses projetos, esses programas, façam estudos de impactos ambiental e, claro, se não estão em conforme... tirando atividades tradicionais, mas as atividades modernas, de investimento moderno, não são admissíveis nas áreas protegidas. Sobretudo nas zonas centrais desde o momento que não impactam grandemente as zonas tampão e as zonas centrais. E isso tem, como eu disse anteriormente, tem constituído fator um bocado de mal-entendidos, desavenças, de que a pouco tempo, numa área protegida, teremos que apreender um trator que estava a extrair pedra, mas que já tinha autorização do Ministério de Recursos Naturais. E essa autorização não foi dada na base nos preceitos que é a

obrigatoriedade do impacto ambiental. Nós apreendemos o trator e isso deu muita polêmica por aí. E isso são coisas que vivemos no dia a dia. Há pouco tempo, apreendemos um caminhão com rachas de tecidos extraídos no parque, não é admissível. A população que reside, **(32min32seg. inaudíveis)** pode explorar outros recursos, mas quando é para aspecto comercial, não é admissível. Porque a criação das áreas protegidas na Guiné-Bissau, foi na base de um princípio, de uma campanha que o Parque propor para a população e a população para o parque. Portanto, todas as áreas protegidas de Guiné-Bissau, mesmo que seja em parques nacionais, tem comunidades lá dentro. E o processo de criação de áreas protegidas, exige que se faça dois, três, quatro anos de negociação, chegar a acordos dessas áreas protegidas, antes que sejam decretadas no conceito do Ministro. Porque nós partimos do princípio que o território por si só já é pequeno, criando as áreas protegidas, pra expulsar as comunidades que o Governo quer transformar esses espaços, é comprar conflitos já apriori, e nós tentamos evitar isso. Porque a história do mundo mostrou claramente, mesmo que se tirando as comunidades do espaço que se pretende ser área protegida, a biodiversidade não para de crescer. Não é pondo a comunidade de lado que vai garantir a preservação da biodiversidade. Pelo contrário, é sensibilizar essa comunidade que se compreenderem o objetivo dessas áreas protegidas, tem tendência de cooperar ao invés de agir de forma adversa ao processo de criação da área protegida. Essa experiência que estamos a implementar na Guiné-Bissau, embora não seja fácil, porque a população está a crescer, suas necessidades estão a aumentar, cada vez que tem um crescimento populacional, tem a tendência de ter, de garantir mais espaço para garantir o futuro dos agregados familiares e esse é um problema que estamos constantemente a negociar com as comunidades locais. Temos que ter capacidade, não digo compensar, mas de garantir que a comunidade local viva razoavelmente dentro das áreas protegidas nas comunidades locais. É por isso que temos muita pressão, porque nas zonas onde intervimos, são zonas mais longínquas da Guiné-Bissau. Por exemplo, agenda do Boié, no período da chuva, quase que não tem comunicação com o resto do país. A Zona de Cantaiés, lá pra zona do sul, a Zona de Cobiaiana, ou as Ilhas do Arquipélago. E ali, as densidades básicas são complementos. Há problema de saúde, há problema de educação e há problema de tudo, mas o nosso mandato, é gerir as áreas protegidas, é gerir a biodiversidade. Mas como o Estado está fracamente representado, somos tidos como representantes do Estado e não querem se aproximar de nós. Inclusive, já transformamos a sede do Parque de Orango num centro hospitalar. Onde tivemos a parceria com médicos espanhóis, fizeram operações, fizeram operações de hérnia, falamos com o Ministério da Educação, disseram que não tem condições, nós facilitamos a logística para que os médicos possam lá chegar, facilitamos o alojamento desses médicos no Parque, nos hotéis,

para que possam atender a comunidade nessas áreas protegidas. Por isso temos muita pressão muitas das vezes a comunidade diz que não fazemos nada. Porque esperam muito do IBAP, mas não temos condição para tal. O IBAP é uma Instituição da Guiné-Bissau, que também sofre da mesma carência que o Governo da Guiné-Bissau. Portanto, não podemos fazer milagre, dependemos de um projeto, os projetos dependem, como eu posso dizer, da confiança do país, e quando temos situações pouco claras, relativamente a exigência democrática, simplesmente as pessoas nos viram as costas. E isso, nós também sofremos com isso, não é só o Governo. Nossas diferentes Instituições também sofrem com isso.

Entrevistador: Exatamente. Acho muito interessante também esse aspecto. Porque a comunidade local, e as formas tradicionais de conservação do meio ambiente, pelo contrário do que muitos pensam, por exemplo, pessoas de outras áreas, mas hoje a perspectiva é tentar dialogar as leis, manter uma dialética entre as leis ambientais com essas formas tradicionais de conservar o meio ambiente, uma vez que não prejudique o meio ambiente.

Entrevistado: Só pra reforçar esse aspecto, nós tivemos sempre a preocupação de catalogar as práticas tradicionais positivas, para que possam ser integradas nas normas de gestão das áreas protegidas. Porque senão, o que acontece, criamos uma área protegida, por exemplo, podemos dar exemplo das amazonas, o povo aí, continua a respeitar as suas normas, porque tem normas que todo mundo conhece a respeito, mas as pessoas que vem de fora, os alóctones, não respeitam essas normas. E ali, fazendo casamento entre as normas tradicionais e as normas, eu diria clássicas, de conservação, vamos atingir tanto a comunidade local, como os alóctones. Só para dar o exemplo, novamente essa Ilha das Tartarugas, não é habitada, é a maior ilha sagrada do Arquipélago dos Bijagós, ali não se pode derramar sangue, não se pode enterrar os mortos, não se pode ter relação sexual, mas isso os Bijagós continuam a respeitar. E só uma comunidade na tabanca dos Bijagós, tem acesso à essa ilha. E pra lá irem, só em um momento, quando estão a fazer a última cerimônia de circunscção. E nós, sempre que lá vamos, temos que ir até à tabanca pedir autorização, fazer as cerimônias que necessárias forem para ter acesso à essa Ilha. Mas no passado, antes de ser instituído como Parque, às vezes íamos fazer a monitoria das tartarugas e encontrávamos fogueiras deixadas por pesadores senegaleses, por exemplo. Quer dizer, os Bijagós estão a respeitar o seu meio, respeitar seu recurso, o estrangeiro vem e faz uso desse recurso. Por isso, temos que casar essas eis tradicionais e modernas para garantir a sustentabilidade desses espaços. Tivemos um episódio porque fui coordenador de reservas da Biosfera, quando saí dos estudos, a uma dada altura a comunidade de Canhabaque que é gestor tradicional dessas ilhas, nos pediram três tartarugas porque precisavam fazer cerimônia. É

contraditório porque estamos a conservar tartarugas e trazerem tartarugas para a comunidade para serem degoladas e comerem. E eu tinha um assistente francês que perguntou o que fazer. Eu disse: “vamos levar”. E ele, “Justino, não é possível! Não podemos fazer isso! Se é para conservar, para que vamos deixar a população sacrificar?”. Eu disse: “vamos ver a razão a fundo”. Porque sacrificando essas três tartarugas, vão proibir todas as comunidades de Bijagós à essa ilha, porque vão sacralizar a Ilha. Vale a pena sacrificar três, para salvar milhares de tartarugas. Mas na lógica dele era incompreensível. Na nossa própria embarcação, porque eles não podem ir lá e ir, precisa de uma cerimônia para ir lá fazer. Por enquanto não tem a cerimônia, não podem. Nos deram autorização, porque fizeram a cerimônia e tivemos o acordo de não ultrapassar certo limite dentro da baía. Só utilizamos as praias, não podemos entrar nas florestas, dentro das matas. Porque suas crenças, é no mato. Mas podemos ficar na praia, seguir tartarugas para demarcação, fazer, seguir por aí à fora. E só nós poderíamos pedir essas três tartarugas. Mas foi incompreensível para o meu assistente técnico, levar tartarugas para essa comunidade pra irem consumir. Porque a tartaruga é uma espécie ameaçada, é uma espécie ameaçada sim, mas para os Bijagós é um recurso. Nós, em 2001, marcamos dez tartarugas para fazer rastreamento via satélite. E um velho Bijagó me disse: “mas me diga, essas balizas que meteram nas costas das tartarugas, que um dia vai desaparecer no mar, quanto é que custa?”. Eu digo: “isso custou muito dinheiro”. E ele diz: “quantos sacos de arroz?”. Eu disse: “não posso te dizer”. Quer dizer, fazem referência com o arroz que consomem, pra poderem ter ideia de quanto custa essa baliza. Nós estamos a fazer isso para que os Bijagós sejam conhecidos, sejam reconhecidos mundialmente, a contribuição que está a dar para as espécies ameaçadas. E ele disse “estás a brincar, tartaruga não é ameaçada, como está ameaçada? Na época da chuva, nós vamos à praia, andamos a atropelar andando nas costas das tartarugas. Como vai me dizer que está ameaçada?”. Eu disse, “não, é verdade que existe nos bijagós, mas bijagós faz parte de Guiné-Bissau, Guiné-Bissau faz parte do mundo, e a situação que é vivida em outros sítios, é sentida também na Guiné-Bissau.” Se a tartaruga está ameaçada globalmente, vamos considerar que está ameaçada. Aqueles que cuidam das tartarugas ou que tem tartarugas suficientes, é difícil aceitar que as tartarugas são ameaçadas. Pra eles, consumir carne de tartaruga é como consumir, bom, não vou dizer baleia porque os japoneses também reclamam o direito de pescar, mas é como uma outra ilha, por exemplo, uma outra ilha mais afastada, em que os juvenis de tartarugas desovadas vão crescer nessa ilha. Quando alguém convida jovens para lhe apoiar no trabalho, vão a procura da carne. E vai com a rede, entra no mar, apanha quatro ou cinco tartarugas, vem dar de comer aos trabalhadores. Nós estamos a lutar para acabar com isso. Mas o que é caricato, é que nessa ilha, não há uma outra espécie de fauna que não seja, por exemplo,

a tartaruga. E para consumirem a proteína animal, tem que ir à caça da tartaruga. Para deixarem de fazer isso, temos que dar outra alternativa, temos que dizer para deixarem de consumir tartarugas porque é uma espécie ameaçada, mas vamos nos apoiar, por exemplo, na criação de animais de segundo porto, mas muitas vezes não temos nem o suficiente para oferecer essas alternativas. Não podemos só dizer: “proibido, proibido, proibido”. Sem conseguir alternativas viáveis para essa comunidade. Portanto, esse é o grande dilema que temos também. Temos a consciência de que há o desaparecimento de algumas espécies, mas temos que oferecer alternativas para essas comunidades, para que não continuem a pressionar essas espécies. E muitas vezes bens financeiros nos faltam.

Entrevistador: Pois é. Eu acho que isso tem a ver também com a educação ambiental, a conscientização dessa população local mesmo, que precisa de recursos...

Entrevistado: Vou só dizer uma coisa, é... acho que precisa do crioulo. O guineense sabe que “Saku limpo ka ta firma” (por mais que faça a educação ambiental, saberiam que de barriga vazia, não vão te dar ouvido à essa educação ambiental) . Educação ambiental sim, é necessário, mas é preciso sempre que seja acompanhado de medidas compensatórias, com medidas alternativas. Aí terá mais impacto, porque vai educando e mostrando que invés de fazer isso, faça aquilo outro. Nós tivemos um caso nas Ilhas do Orango, um conflito entre o homem e o hipopótamo, nessa altura temos um problema a nível do Sul, conflito entre as mulheres horticultoras e o búfalo. Ocorre que os búfalos fazem digestão de seus campos hortícolas e estragam tudo. E foram invadir o centro do parque, as mulheres, estavam a dizer que nós estávamos a proteger os búfalos (**45min e 53seg. inaudível**) já tivemos com o crocodilo, já tivemos com o hipopótamo. O hipopótamo conseguimos uma solução, via uma origem espanhola, nossa parceira, que os hipopótamos, quando entram no arrozal, porque consomem grande quantidade de ervas e quando entram arrozal, destroem quase tudo. A população começou a revoltar-se, porque durante o ano inteiro, quem mobilizou toda a família para fazer o cultivo e, chega o dia, vai ao campo e vê que foi comido pelo hipopótamo, é desesperante. E ali começamos a ter problemas e começamos a procurar solução. Primeiro arranjou-se canhões, que disparam e o hipopótamo foge, mas depois de um tempo, perceberam que isso não os impacta a vida. Colocamos espantalhos, como alguém no arrozal a se fazer vigia, com o tempo viram que esse espantalho também não move. Começaram a não ligar. Ali, tivemos uma experiência que realmente deu certo e vedamos os arrozais com cercas elétricas. Colocou-se energia solar, que produz eletricidade, quando o hipopótamo toca a essa cerca, foge e nunca mais volta. Isso resultou e replicamos em outros sítios. Mas às vezes é difícil trabalhar com a

comunidade, nós ensinamos a gerir essa estratégia, quando que devem colocar essas cercas elétricas, quando que devem desligar os painéis, fazer quando os filhos já não estão em campo, para que as crianças não possam tocar e depois ter problemas. E cada um quer que seja o próprio parque a fazer isso novamente. Embora tenham sido ensinados a mostrar como é que funciona, vemos logo, *apriori*, a preocupação de dizer, que vamos implementar essa metodologia nas zonas de depressão, zonas úmidas. Mas eles continuam a ter de reflorestar para ter esse dispositivo. E dizemos não vamos meter dispositivos num espaço que nós dizemos que precisa ser preservado. E esse conflito ainda existe por aí, com os búfalos, estamos a ver se adotamos a mesma experiência, mas é preciso ter meios para poder implementar essa experiência. Com os chipanzés, tivemos um problema também no Sul, houve ataque dos chipanzés às crianças, algumas pararam no hospital. E na rádio, mandaram perguntar onde estava o IBAP, pra ir comprar medicamentos para as crianças (risos). E nós dizemos “não”. Chipanzé é uma espécie selvagem que deveria estar no mato, não é um animal doméstico, do quintal do IBAP. Os animais domésticos, os seus comportamentos às vezes fogem ao seu dono, quanto mais um animal selvagem. Temos que compreender, temos que ter uma convivência harmoniosa com as espécies selvagens. Se nós andamos a desbravar tudo aquilo que é mato, a meter caju, a meter fogo, os pontos florestais que serviam de alimentação a outras espécies que estamos a destruir, no dia que o chimpanzé sai do seu habitat normal para se alimentar, encontra essas frutas e encontra o arroz, claro que vai consumi-lo. O caso é que aconteceu é que o chimpanzé chegou, viu as crianças a tirar folhas, que usamos em Guiné para fazer sumo e o chimpanzé revoltou. Porque é sua alimentação. As outras folhas já haviam sido arrasadas, meteram fogo e as que sobrou, as crianças vão ainda arrancar para ir vender. E ali atacou as crianças e fez estrago. Não posso dizer isso publicamente na rádio, mas o homem já está a exagerar.

Entrevistador: Exato. Quando esses animais se sentem ameaçados, principalmente dos recursos necessários para sua sobrevivência, procuram outros mecanismos, iguais aos seres humanos fazem. Quando sentimos ameaçados em nosso espaço, nós nos defendemos. Muito obrigado. A pergunta seguinte é sobre como o senhor avalia o engajamento do Governo guineense nos assuntos voltados a produção do desenvolvimento sustentável?

Entrevistado: Aí temos que admitir que houve uma evolução, alguma inovação. E como eu disse em uma de minhas passagens, o ambiente, o desenvolvimento sustentável, começou como um simples Fórum e hoje está como Ministério. Isso demonstra o interesse que o Governo tem, o interesse do Governo, no desenvolvimento sustentável. Inclusive, a Direção Geral é sobre desenvolvimento sustentável. O interesse político já está a se mostrar mais do que o suficiente.

A própria dinâmica de criação das áreas protegidas da Guiné-Bissau, é também uma problemática insuficiente. Neste momento, 26,6% do território nacional, é considerado áreas protegidas. Que mesmo os países que se lançaram nessa dinâmica já há alguns séculos, não tem essa porcentagem, mas a Guiné-Bissau está bem posicionada nesse momento. Inclusive, ultrapassamos a exigência da Convenção da Diversidade Biológica no que concerne ao objetivo 13 da AICHI direcionado com a superfície das áreas protegidas. Nesse sentido, podemos dizer que há uma vontade política, mas também, há vontade, mas há estabilidade. Como é que posso dizer, há Governos mais sensibilizados para aspectos ambientais e há Governos menos sensibilizados. E temos que ter em conta, por exemplo, a mesa redonda que se organizou em Genebra acho que foi em 2013 ou 2014, já não me lembro perfeitamente, Guiné-Bissau se saiu muito bem, porque levou em aspecto a biodiversidade como um fator negociável, tornou a biodiversidade como fator transversal e isso teve seus impactos. Biodiversidade para agricultura, biodiversidade para as pescas, por aí a fora. Nesse sentido eu não tenho grandes questões a dar, só que temos que vê-lo de forma diferenciada. O governo, os Ministros, é um grupo de pessoas, cada um tem a sua sensibilidade, cada um tem sua estratégia, cada um tem seus interesses, que não encontramos de tal forma, essa preocupação em todo lugar. Mas há Governos que temos decisores que são muito sensíveis aos problemas ambientais de desenvolvimento sustentável, mas por outra parte, há muita pressão social. Como eu disse anteriormente, tem que se pagar salário, há greves que se fazem em níveis de saúde, há greves que se fazem em níveis de educação, há greves que se fazem em nível de transporte, por aí a fora. E o Governo tem que ir ao encontro dessas reivindicações. A Guiné-Bissau depende muito de ajuda externa, mas também temos que ter um esforço interno para dar respostas as exigências da comunidade guineense. E muitas das vezes, para dar essas respostas, nossos recursos é que sofrem. Ali, esquecemos que precisamos de gestão durável de recursos para resolver os problemas de imediato, e muitas das vezes, nossos recursos sofrem para que possamos ver as situações que estão por cima da mesa.

Entrevistador: Exato. Muito interessante. Quanto a pergunta seguinte, acho que o senhor já ressaltou na segunda ou terceira pergunta. É sobre a implementação de um projeto da construção de Parque. Nessas comunidades, principalmente nas ilhas, como o senhor ressaltou. E como é a resistência, se houve a resistência por parte da comunidade local, uma vez que esse projeto visa restringir um pouco a população aos recursos para sua sobrevivência também.

Entrevistado: Pra dizer que uma comunidade não é homogênea, em todos há uma diversidade de interesses. Mas de forma genérica, a filosofia que foi adotada para criação das áreas

protegidas tem um acolhimento favorável por parte das comunidades porque vai ao encontro das tradições locais. Para dar exemplo da comunidade Bijagós. Onde não se enterra os mortos, quer dizer que a comunidade Bijagós não vai viver ali, porque se viver ali caso falecer uma pessoa, tem que apanhar a canoa, pegar o cadáver para enterrar em outro sítio. Nas ilhas onde não se pode derramar sangue, também não pode viver. E nós agarramos nessas regras e mostramos que o Parque é para reforçar essas regras. As matas sagradas por exemplo, onde fazem cerimónias de *fanado* nós mantemos essas matas como zona central, que tem as suas restrições. E essas restrições tradicionais devem ser respeitadas, vão continuar, ali há um acolhimento favorável. Agora o que estamos tendo nos últimos tempos, como eu disse, é essa nova geração. Que quer ter seu telefone, quer ter seu computador, quer ter a sua viatura, quer ter tudo considerado forma de viver ocidental. Ali, aonde é que vai encontrar isso? Nos recursos naturais. Não interessa se seu avô, bisavô, preservou esse espaço. O que lhe interessa é extrair o recurso que existe nessa localidade, para satisfazer suas necessidades básicas, seja ela necessidade pessoal, seja ela necessidade de sua família, hoje em dia, como acontece na Europa, nos países desenvolvidos, quer ter um trabalho razoável, quer ter uma viatura, a sua esposa tem que ter uma viatura, sua própria casa, o filhos tem que ter uma viatura para serem levados à creche, devem pagar uma escola privada porque a escola pública não funciona. Então são todas as exigências que demandam recursos financeiros. E esses recursos financeiros, não vamos tirar do petróleo, falamos do petróleo, mas ainda o exploramos. Não vamos tirar do bauxite porque não está a dar rendimento. Então vão tirar dos recursos naturais. As regras que existem para conservação desses recursos naturais, não são respeitadas porque simplesmente querem e devem satisfazer suas necessidades básicas financeiras e económicas. Mas com a geração passada, as regras dos parques vão quase ao encontro das regras tradicionais, sem ter muita resistência. Mas agora com a nova geração, com a mudança geracional, temos uma série de problemas. Porque por mais que os mais velhos aceitavam o que já faziam em sua tradição, já não querem aceitar se isso pode acarretar prejuízo ou não à própria comunidade.

Entrevistador: Quer dizer, é uma questão da alienação onde a nova geração, está espelhando um desenvolvimento num modo de vida, numa realidade que não é nossa, conseqüentemente, isso está afetando o meio ambiente. Eu estive em um debate em um curso de Agronomia, na UNILAB, uma vez. Quando fui confrontado com essa questão assim, a minha opinião é mais voltada ao Estado guineense, ou seja, tendo em conta a globalização, é impossível travar essa tendência da alienação. É impossível travar porque já chegou num ritmo que é uma questão do capitalismo que invade todo mundo. Então eu sei que o Estado deve pensar numa política

alternativa, na industrialização, nos outros empregos, que vai fazer com que esses jovens consigam outro meio de se enriquecer, de satisfazer suas necessidades. A não ser depender diretamente dos recursos naturais. Mas muito interessante a comparação que o senhor fez sobre a geração passada e a atual geração.

Entrevistado: Existe a expressão “*Ka bó dissa kil jintis n’gana bós*” (Não deixem que essas pessoas vos enganem), mas eu sempre lhes disse, se conservarmos o meio ambiente, o primeiro beneficiário é quem está mais próximo desse recurso. Não é quem tá longe, que tá em Bissau. Porque, aliás, a dependência dos recursos, quanto mais afastado da zona rural, menor é a dependência do recurso. Quem tá mesmo frente a frente com esses recursos é que depende desses recursos. A conservação deve ser uma questão primária dele, não de quem vem da cidade. Porque a relação de quem vem da cidade com os recursos naturais, passa a aumentar o distanciamento cada vez mais.

Entrevistador: Exatamente. A nossa penúltima pergunta é sobre se existe um projeto de capacitação dos membros do IBAP, se existe um projeto que visa capacitar membros do IBAP. Se existe, quem são os financiadores desse projeto?

Entrevistado: Bom, nós, como eu disse, o IBAP depende muito de projetos. E os projetos que nos foi financiado até aqui, são de origem variada. Temos, por exemplo, produções filantrópicas, como a fundação MAVA que é uma Fundação Suíça, que financia grandemente os nossos projetos, mas que infelizmente, a partir de 2022 vai deixar de financiar porque é uma Fundação familiar. O dono faleceu, e os filhos... é a mesma coisa que falamos agora, o filho possui outras orientações, é mais virado para aspectos econômicos do que aspectos de caridades. Temos parcerias com, como é que eu posso dizer, com organismos internacionais, por exemplo, o GEF, fundo global do ambiente, também financiando grandemente nossa finalidade, o fundo francês para o meio ambiente, temos o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, temos a União Europeia, que também financia grandemente nossas intervenções, o Banco Mundial, que através do Projeto Banco Mundial que foi criado o próprio IBAP. No passado, as áreas protegidas eram geridas por diferentes Instituições, e temos também cooperações bilaterais. Por exemplo, nossa sede, a sede do IBAP é na Guiné-Bissau, a sede central foi financiada, por exemplo, pela cooperação espanhola. Temos as Instituições sub-regionais, ainda não se efetivou, mas estamos cada vez mais a se aproximar-se dos organismos internacionais. Temos um programa que é o PRSM, que tem angariado fundos com diferentes parceiros, temos Instituições vocacionadas para a conservação, que é o caso da União Internacional da Natureza, o plano internacional, temos o WWF, essas Instituições que intervêm

na conservação do meio ambiente. Então temos uma multiplicidade de parceiros, de algumas organizações que embora, pequenas que sejam, a preservação da forma selvagem dos Estados Unidos, temos parceiras com diferentes Universidades, também conseguimos projetos conjuntos, mesmo com o Brasil, com Portugal, Inglaterra, temos projetos conjuntos, sobretudo com os países como que é a Holanda, a Alemanha e a Dinamarca. Porque nos estudos que foram feitos, constatou-se que muito da fauna do Hemisfério Norte, vem pra para a África durante o inverno, utilizam o espaço guineense. E ali temos uma cooperação que já dura vários anos, que é financiado por projetos da conservação da fauna, sempre que propomos projetos, propomos que sejam financiadas atividades alternativas. Das tartarugas, conseguimos financiar algumas escolas, por exemplo, porque mostramos sempre essa interrelação. As espécies e comunidades que lá vivem. Da mesma forma também, fazemos finca-pé que haja capacitação, por exemplo, nesses últimos anos, projetos financiados pela MAVA conseguimos introduzir a necessidade de mestrados, já mandamos seis mestrados para Portugal, precisamente para reforçar nossa intervenção. Porque hoje em dia, nós vamos continuar a existir, mas há cada vez mais necessidade de especialização. Pra se ocupar de matérias específicas. E enviá-los de volta de acordo com que vão acabando os seus cursos. Devem ter a oportunidade de fazer mestrado. Temos um programa de formação que ainda está a finalizar, a formatar, pra mostrar em cada área que o IBAP centra em cada área protegida separadamente, quais as áreas internas de capacitação e não limitamos as nossas formações unicamente para os agentes em treinamento do IBAP, expandimos nossas formações entre os setores que trabalham diretamente ou indiretamente conosco. Temos noções com nossos parlamentares, fazemos formações com os jornalistas, já na segunda, vai ter uma missão que vai até as ilhas, quase a maioria das mídias, rádios e televisão. Pra poderem integrarem logo das nossas atividades, pra poderem conhecer presencialmente aquilo que fazemos. Porque muitas das vezes somos atacados nas rádios, que não criamos desenvolvimento, não criamos isso, não criamos aquilo, mas é preciso que as pessoas vão ao treino para verem quão é difícil pôr em prática as preservações da Guiné-Bissau. Continuamos a trabalhar com as ONG's, apoiamos as organizações juvenis, na medida que podemos, porque não temos, como eu disse, muita disponibilidade financeira de poder apoiar. Mas o pouco que conseguimos, tentamos apoiar as comunidades locais para melhores condições de vida. Em termo de água potável, em termos de horticultura, em termos de produtos florestais, por exemplo, o mel, fazer sumos. Então trabalhamos nesse sentido e temos uma estratégia, que a primeira estratégia terminou em 2007, a nossa segunda estratégia, vai terminar, aliás, terminou no ano passado e já estamos a perspectivar e elaborar uma nova estratégia. Que muitas das vezes é a continuidade da estratégia anterior. Porque muitas das atividades que foram iniciadas

em uma anterior, tem continuidade, um prolongamento. Hoje, no passado, estamos mais orientados de forma subjetiva agora, cada vez mais, estamos à procura de qualidade e quantidade. Antes, fazíamos seguimentos para as próprias tartarugas marinhas, mas agora estamos a trabalhar com indicadores, para podermos justificar se aquilo que estamos a fazer está evoluindo positivamente ou não. Temos indicadores vários, cada área tem seus indicadores específicos, mas também temos indicadores que são genéricos, para as áreas protegidas, pra podermos ver a evolução dos esforços que estamos a fazer no terreno.

Entrevistador: Certo. Muito obrigado. Muito interessante. A última pergunta é sobre se o Instituto já tem, se o IBAP já tem algum projeto em manga ou algum projeto em desenvolvimento voltada a área da educação. Levando em consideração que na tentativa da conservação ambiental, a educação, ou seja, a aproximação das instituições escolares, à esse desafio, ou seja, a relação entre autoridade que atua na conservação da, no sentido de, esses jovens, esses estudantes que vão sair, sejam conscientes na forma de lidar com o meio ambiente. Gostaria de saber se IBAP já está pensando em um projeto nesse sentido, ou se já existe um projeto que liga o IBAP ou algumas formas de atuação do IBAP, voltada às Universidades, às Escolas, nesse sentido de promover a educação ambiental ou conscientização do cidadão.

Entrevistado: Como se costuma dizer, educar uma criança é educar uma família. Nós também partimos desse princípio. E para dizer que o IBAP não tem competência em todos os sentidos, mas todos os dias trabalhamos com parceiros. Por exemplo, no passado, já tivemos colaboração com a ONG sobre desenvolvimento, tivemos colaboração com a ONG TINIGUENA e hoje, continuamos a tê-lo, com a ONG Palmeirinha. São todas ONG's que, põe exemplo, Palmeirinha tem feito no passado, tem produzido livretos escolares com temas ambientais. E continuamos a melhorar cada vez mais essa cooperação. Hoje, temos adotado aquilo que chamamos de “djumbai na tabanka” (diversão na aldeia) tanto na parte televisiva, apresenta-se o tempo com tema ambiental, depois organiza um tema envolta desse tema. tivemos escolas EVA, Escola de Verificação Ambiental, criadas por diferentes ONG's, que tinham como objetivo aproximar o aluno ao seu meio ambiente. Fez muita plantação de mangal, por exemplo, no Norte, hoje continuamos nessa mesma cena. E com nosso parceiro, o UICN, houve um programa, um projeto, sobre a introdução no currículo escolar dos aspectos ambientais e isso já está muito avançado com o Instituto da Educação. E nós mesmos tivemos que administrar certas carreiras pra aprofundar o conhecimento dos fazedores de política d educação. E em nível de outras escolas mais avançadas, os Liceus, por exemplo, temos organizado palestras, sobretudo, aproveitando datas de celebrações internacionais da mesma temática. Dia da biodiversidade,

dia do chimpanzé, dia de várias partes, temos feito palestras. E com Universidades, temos também parcerias muito próximas, com a Universidade Lusófonas, Colinas do Bioé, em que disponibilizamos nossa biblioteca para consultas bibliográficas, sobretudo para aqueles que estão na fase de suas escritas. Temos inclusive facilitado estágios curriculares aos estudantes, nas nossas áreas protegidas, para que possam interessar-se cada vez mais pelos aspectos ambientais, temos que partir do princípio que estamos aqui numa fase de passagem na terra. Nós que estamos aqui com seriedade, temos que preparar os mais novos para poderem assumir o destino desse país, nesse sentido. E para isso, tem que ser formados. E essa formação deve continuar desde a fase criança, até atingir a fase universitária. Como eu disse anteriormente, temos promovido alguns alunos para a fase de mestrando e temos dado bolsas de estudo aos estudantes universitários. Que estão interessados na carreira de ciência do IBAP. Portanto, há uma parceria que está a evoluir que ainda não atingiu o nível desejado, mas estamos a construí-la pouco a pouco. E pra ver até onde vamos chegar.

Entrevistador: É muita coisa, é muita coisa. Muito esforço por parte da Instituição. Bom, eram essas as perguntas que preparamos, mas como falei no início, se o senhor gostaria de acrescentar algo que não perguntamos, se acha pertinente para essa nossa pesquisa.

Entrevistador: E, também gostaria de aproveitar essa ocasião para apresentar a minha maior dificuldade quanto a essa pesquisa. Que é a forma de encontrar materiais voltado ao nosso país. Como o senhor já passou por esse processo, nós temos falta de referencial teórico, lá na Internet para procurar, consigo encontrar só básico. Se o senhor pudesse me passar alguns materiais, por exemplo, sobre informações qualitativas e quantitativas sobre áreas protegidas, localização dessas áreas protegidas e a questão das leis. Consegui baixa o material que o senhor citou aqui em uma parte, e também algum documento de Ministério, acho que de UEPANE, um relatório feito por UEPANE sobre apoio na gestão, assim, que eu consegui pegar na Internet. Mas gostaria que o senhor me facultasse alguns documentos, se possível.

Entrevistado: Tá bom. Vou vem em nosso catálogo que temos, inclusive nossos relatórios internos, poderei lhe enviar alguns para facilitar compreensão de certos aspectos aqui de Guiné-Bissau. Bom, eu penso que fizemos o rodapé, aquilo que é a problemática ambiental da Guiné-Bissau, sobretudo sobre a gestão das áreas protegidas. Eu poderia oferecer-me rever essa entrevista que tivemos, se ainda ficou alguma coisa para ser aprofundada, estou disponível. Estou disponível para os conhecimentos que tenho de dar mais subsídio. E vou também ver a bibliografia que temos disponível, posso enviar nos próximos tempos. Isso não tem problema nenhum de minha parte. Vou ver, temos feito algumas publicações com nossos parceiros das

Universidades de Lisboa e outras universidades, sobretudo no domínio da fauna, tartarugas marinhas, temos feito alguns trabalhos. Temos também uma equipe de Bissau, aliás, aqui do terreno Síbio, que se interessam muito nos aspectos dos elefantes. Que no passado, com a guerra civil de Guiné, os elefantes abandonaram os espaços, mas já estão a retornar. Então é um trabalho que temos feito. Não no ritmo desejado, mas estamos a montar as pedras uma a uma, pra ver se respondemos o estândar das exigências.

Entrevistador: Muito obrigado, agradeço desde já esses materiais. Meu orientador tava até falando essa manhã, se for possível, eu pedir alguns dados, como estou fazendo agora, tanto imagens, quanto gráficos, de alguns relatórios e tal. Voltada a essa questão e aproveitando para agradecer, dizendo que nós sempre temos essa vontade de voltar a nossa pesquisa para a nossa casa, porque sentimos uma dívida com o nosso país. Vamos usufruindo de um privilégio que nosso país nos concebeu. Então estamos aqui. Existem vários outros temas, mas nós sempre sentimos que devemos contribuir porque sabemos que tá faltando material, essas nossas pesquisas vão trazer muitas outras descobertas. E os nossos conhecimentos vão contribuir para melhorar a condição do nosso meio ambiente e da nossa sociedade em geral. Então nesse sentido, sempre temos um receio, dizem que não existe acessibilidade, ou seja, os dirigentes do nosso país não são tão acessíveis, são os primeiros obstáculos que nos deparamos, mas eu decidindo trabalhar esse tema, já tenho uma colega, não sei se o senhor conhece, que é Nem Biai, uma colega que já se formou aqui na Unilab, foi ela que me informou. Ela falou que devemos desconstruir essa questão da acessibilidade porque as coisas mudaram muito. E ela falou que o atual diretor do IBAP é muito acessível. E eu também comprovei porque mandei e-mail e recebi resposta na hora. Então, eu não sei de onde vem esse preconceito.

Entrevistado: Não é totalmente falso porque no passado as pessoas achavam que esconder informações era a melhor coisa que se poderia fazer. Mas eu sempre digo, quem é comerciante, prefere ter o seu mercado nas prateleiras do que no armazém. Tanto conhecimento deve ser posto a disposição das pessoas. E nós como da geração de transição entre a velha geração e a vossa, temos que criar condições para que não passem do mesmo caminho que nós passamos. Eu também tive essa dificuldade, eu fiz os meus estudos também fora. Estudei na Alemanha, tive as mesmas dificuldades de conseguir literatura, mas tive suporte quando iniciei meu doutoramento, peguei uma bolsa que me permitiu vir duas vezes à Guiné. E fazer meus próprios inquéritos, porque mesmo vindo pra Guiné, as pessoas têm informações e não põe à disposição. Mas eu penso que o tempo está a mudar, as pessoas estão a mudar, a geração está a mudar. E informação é para partilhar, não é esconder informação que resolve o problema do país. Os

países que estão onde estão, desenvolveram-se porque toda informação, a pesquisa, um começa e outro dá continuidade, se não tiver informação do outro para saber até onde foi, acabamos por começar sempre no zero. E eu penso que pode contar com nosso apoio, não só o meu apoio, mas de toda equipe do IBAP. Vamos pôr à disposição, não se preocupe. Nos próximos tempos, vou ver as informações que tenho disponível. Que poderá servir para melhorar o nível de informação sobre a Guiné-Bissau.

Entrevistador: Muito obrigado, agradeço imensamente. A nossa entrevista foi muito produtiva, além de conseguir ferramentas para materializar a pesquisa, consegui aprender muito também com o senhor.

Entrevistado: Eu também, porque a aprendizagem é mútua, né (risos). Então fique bem.

Entrevistador: Muito obrigado pela disposição. Espero ter mais oportunidades de ouvi-lo a respeito desse assunto, você tem muita autoridade falando.

Entrevistado: Não há problema, faço com muito gosto. Então fique bem. Tchau tchau.

Entrevistador: Muita boa tarde. Tchau.

APÊNDICE 2

Missão de Fiscalização realizado pelo IBAP em 2019



Figura 6: Fonte: Relatório IBAP, 2019.



Figura 5: Fonte: Relatório IBAP, 2019.



Figura 7: Fonte: Relatório IBAP, 2019.